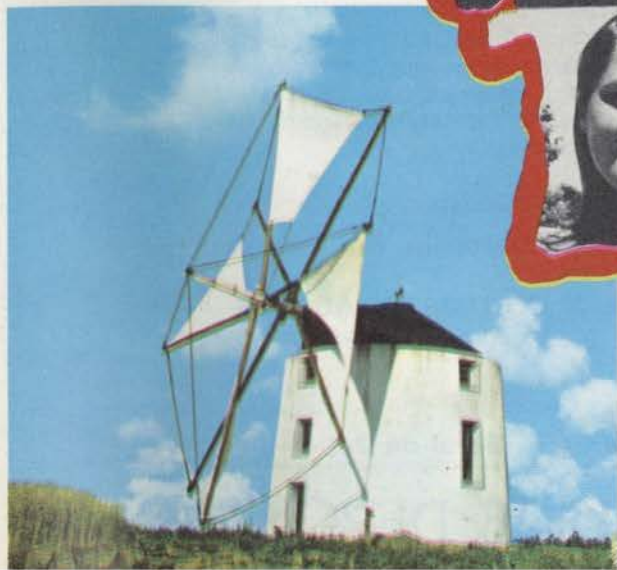
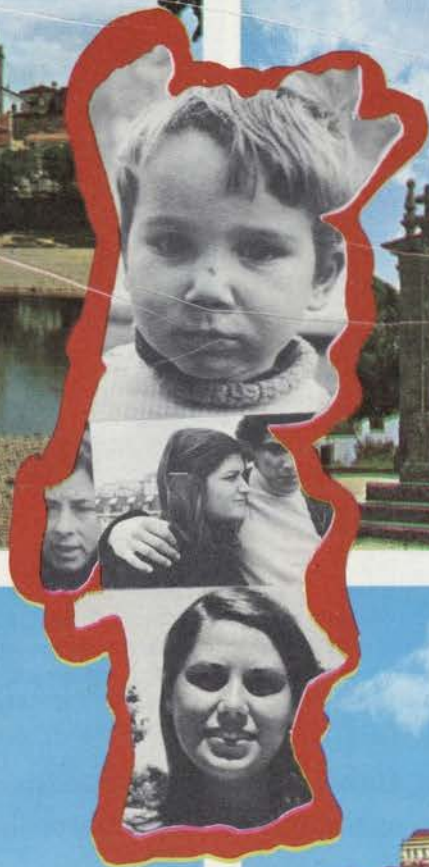




25 de Abril

SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO





*É a pensar no futuro  
da minha família  
que deposito o dinheiro  
em Portugal.*



Estas palavras são de um cliente nosso. E poderiam ser ditas por qualquer Português. Em França. Na Alemanha. No Canadá. Em qualquer país do mundo.

Porque, é aqui, em Portugal, que o dinheiro está seguro. É aqui que ele fica a render. É aqui que ele faz falta. Para o desenvolvimento do nosso País!

**Deposite na Caixa Geral de Depósitos**  
**Rendimento assegurado, com garantia do Estado**

**DEPÓSITOS À ORDEM – ATÉ 70 CONTOS 4% AO ANO**  
**DEPÓSITOS A PRAZO – DE 9,5% A 10,5% AO ANO \***

\* Imposto a cargo do depositante

**Pense no futuro. Deposite na Caixa Geral de Depósitos**



**CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS**

INSTITUTO DE CRÉDITO DO ESTADO



REVISTA MENSAL  
EDIÇÃO E PROPRIEDADE  
DA SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO  
SEDE: SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E APOIO CULTURAL  
PRAÇA DO AREEIRO, 11. 2.º. ESQ. — TEL. 72 60 95  
DIRECTOR: JOSÉ CARDOSO  
GRÁFICO: PAULO DA TRINDADE FERREIRA  
COMPOSTO E IMPRESSO  
POR MIRANDELA & CA.  
TRAV. CONDESSA DO RIO, 7-9 — LISBOA



# 25 de Abril

### 3 EDITORIAL

---

### 4 O PAÍS HOJE

---

### 11 PINHEIRO DE AZEVEDO NA ÁUSTRIA

---

### 12 A IGREJA EM PORTUGAL: — FINALMENTE UMA VISÃO REALISTA?

---

### 18 PORTUGAL E O MUNDO

---

### 26 TURISMO EM PORTUGAL: — SUPERADA A CRISE?

---

### 32 NOTÍCIAS DA EMIGRAÇÃO

---

### 35 INVENTAR PARA QUÊ?

---

### 37 INFORMAÇÃO

---

### 43 PELAS NOSSAS TERRAS

---

### 46 LIVROS

---

### 48 TEMPO LIVRE

---



Pág. 4:  
CONSTITUIÇÃO,  
PACTO  
MFA/PARTIDOS  
E ELEIÇÕES



Pág. 12:  
IGREJA EM PORTUGAL:  
FINALMENTE  
UMA VISÃO REALISTA?



Pág. 26:  
TURISMO EM PORTUGAL:  
SUPERADA A CRISE?



Pág. 35:  
INVENTAR PARA QUÊ?

**25**  
**de Abril**

**CONDIÇÕES DE ASSINATURA**

**VIA AÉREA**

PAÍSES	12 MESES		6 MESES	
França... ..	250\$00	45 F.	125\$00	23 F.
Bélgica ... ..	250\$00	370 F. B.	125\$00	190 F. B.
Alemanha... ..	250\$00	24 D. M.	125\$00	12 D. M.
Inglaterra... ..	250\$00	4,50 £	125\$00	2,50 £
Espanha ... ..	200\$00	480 P.	100\$00	240 P.
Brasil ... ..	320\$00	115 Cr.	160\$00	60 Cr.
Canadá ... ..	340\$00	15 d.	170\$00	8 d.
E. U. A. ... ..	340\$00	15 d.	170\$00	8 d.
Outros países da Europa ... ..	250\$00		125\$00	
Outros países fora da Europa... ..	340\$00		170\$00	





# editorial

*O que somos? Quanto valem os? Ao longo da nossa história, estas perguntas têm-nos perseguido implacavelmente sem que de alguém, ou de nós próprios, tenha surgido qualquer resposta concreta.*

*Talvez dando razão às interpretações mais derrotistas sobre a nossa maneira de ser e de agir, a verdade é que sempre nos mantivemos simplesmente espectadores dos nossos próprios fracassos, enquanto que com falsa modéstia (mas verdadeira incapacidade driadora e falta de espírito prático) mastigámos indolentemente grandes vitórias que a História dos homens para sempre registará, e das quais não podemos deixar de nos orgulhar.*

*O que somos? Quanto valem os?*

*As circunstâncias que determinaram a nossa grande viragem social e política e os ensinamentos que dela já se podem (e devem) tirar pela experiência vivida dos últimos dois anos, implicam forçosamente um novo espírito, e, conseqüentemente, possibilidades de responder a tais perguntas. Mas como, e a quem, vamos responder?*

*Uma das muitas características dos períodos de transição para um novo tipo de sociedade, é a maneira vertiginosa como os acontecimentos se desenrolam, não possibilitando a «retenção» das suas*

*linhas determinantes. Impedindo a análise crítica — isoladamente ou em conjunto — dos factores em presença, a aceleração do processo gera um círculo tão vicioso como irreversível, que tem como principal resultado a sensação, por vezes desagradavelmente nítida, de que o processo se ultrapassa a si próprio arrastando consigo o cidadão, único responsável, perante a História, de tudo o que fizer, ou não, em favor da colectividade.*

*A incapacidade, por vezes total, do recurso à reflexão e à auto-crítica, atiramos para a enxurrada das decisões geradas em cadeia por um incorrecto ou falso fervor patriótico, geralmente de mãos dadas com concepções utópicas sobre a natureza e o futuro da sociedade humana.*

*Podemos dizer que de Abril de 74 até hoje a vida portuguesa foi caracterizada por estes escolhos e incertezas, oscilando mais do que devia e podia, e que só por milagre não caímos nos extremos para que tantas vezes nos quiseram atirar.*

*Todavia, decorridos dois anos sobre a libertação, realizámos novamente eleições. Provará isso alguma coisa? Por certo que sim, pois só através do pleno exercício do direito ao voto se concretiza a sociedade verdadeiramente democrática. Tal acto prova também que seremos capazes de levar a cabo as outras grandes tarefas que nos impõem a reconstrução económica e social do País, e percorrer com dignidade a caminhada rumo ao progresso.*

*Para tal, e passado tão importante período, importa sobretudo a consciencialização dos Portugueses para uma visão mais realista das suas próprias capacidades, recusando para sempre o princípio do «fatalismo histórico», do qual alguns — felizmente cada vez menos — se socorrem para justificar a sua própria incapacidade.*

*Pela segunda vez em dois anos de liberdade, fomos chamados a responder. O que somos? Quanto valem os? Respon demos! Votámos! Somos um Povo digno e livre. Valem os isso.*

**JOSÉ CARDOSO**



# O PAÍS HOJE



## Passos decisivos para a consolidação da Democracia em Portugal

- Conclusão dos trabalhos da Assembleia Constituinte
- Assinatura do Pacto MFA/Partidos
- Eleições para a Assembleia da República

*Terminados os trabalhos da Assembleia Constituinte, os Portugueses vêm concluída a Lei fundamental do País, que institui os seus principais direitos e deveres.*

*A conclusão dos trabalhos afastou o principal obstáculo às eleições para a Assembleia da República, realizadas no passado dia 25 de Abril e às quais nos referimos em suplemento (de notar que para uma mais rápida informação fomos obrigados a fornecer números ainda não definitivos — isto é, sem o resultado do escrutínio nos círculos da emigração — muito embora quanto aos resultados finais não estejam previstas alterações significativas aos números agora divulgados).*

*Estes dois importantes acontecimentos — Constituição e Eleições — foram precedidos de um outro: a assinatura do Pacto Constitucional MFA/Partidos, outro documento fundamental para a Democracia no nosso País, e que regulamenta a acção conjunta das forças militares e políticas neste período de transição.*

### O PACTO, DEFESA DA DEMOCRACIA

A assinatura do Pacto foi precedida de difíceis conversações entre as autoridades militares e os Partidos políticos.

Este tão importante documento para a vida política portuguesa nos próximos anos (vigora, no mínimo, num período de quatro) veio pôr fim a uma situação ameaçadora de crise. Num sentido mais amplo, a concretização deste acordo permite enfrentar com optimismo

a ideia de que o poder político virá a ser, dentro de um tempo relativamente breve, na sua totalidade desempenhado pelos civis. Segundo várias teses, este princípio é fundamental para o pleno exercício da democracia.

No acto da assinatura do documento, e depois de fazer algumas considerações a propósito da primeira Plataforma MFA/Partidos, assinada em 11 de Abril de 1975, e salientando que «são ainda válidos os conceitos que lhes serviram de fundamento, muito embora se justifiquem correcções que a expe-



riência dos acontecimentos vividos, entretanto, ditou», o Presidente da República teve ocasião de afirmar:

«Ao promover este novo acordo, as Forças Armadas não pretendem reservar para si significativa parcela do Poder político. Antes, pelo contrário, desejam restituir ao Poder civil, de representatividade popular assegurada pelos mecanismos democráticos, a expressão da condução política do País. Porém, a falta de vivência democrática durante longos anos projectou para os vinte e dois meses decorridos desde Abril de 74 incompreensões e rivalidades cuja verificação aconselha a permanência das Forças Armadas, ainda que transitoriamente, no desempenho de um papel agregador de ópticas dissemelhantes quanto à edificação da nova sociedade.

As coordenadas de actuação das Forças Armadas serão, pois, as dos principais definidos pela lei fundamental.

A prática democrática pressupõe o pluralismo de opiniões, o diálogo sereno e reflectido, a discussão franca e aberta e, como resultado, as sínteses que condensam os pontos fundamentais das várias posições. Daí, há que passar à procura de pontos comuns, fonte de proveitosas formas de entendimento.»

## PRINCIPAIS PONTOS CONSIGNADOS NO PACTO CONSTITUCIONAL

- «Os órgãos de soberania, durante o período de transição, são o Presidente da República, o Conselho da Revolução, a Assembleia Legislativa, o Governo e os Tribunais;

- O Presidente da República será eleito por sufrágio universal, directo e secreto. As candidaturas para a Presidência da República serão apresentadas por um mínimo de 7500 e um máximo de 15 000 cidadãos eleitores;

- O Presidente da República será, por inerência, presidente do Conselho da Revolução e comandante supremo das Forças



*Assinatura do Novo Pacto Constitucional M.F.A./Partidos*

Armadas e terá, entre outros, os poderes de nomear e exonerar o primeiro-ministro, ouvidos o Conselho da Revolução e os partidos políticos representados na Assembleia Legislativa e tendo em conta os resultados eleitorais; nomear e exonerar os membros do Governo, sob proposta do primeiro-ministro e dissolver os órgãos das regiões autónomas, ouvido o C. R.;

- O Presidente da República poderá, dentro de determinados prazos e condições, exercer o direito de veto sobre um decreto da Assembleia Legislativa;

- O Conselho da Revolução será constituído pelo Presidente da República, pelo chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, pelo respectivo vice-chefe (se existir), pelos chefes de Estado-Maior do Exército, Força Aérea e Armada, pelo primeiro-ministro (se for militar) e por 14 oficiais, sendo 8 do Exército, 3 da Força Aérea e 3 da Armada, designados pelos respectivos ramos das Forças Armadas;

- O Conselho da Revolução tem funções de Conselho do Presidente da República, de garante do regular funcionamento das instituições democráticas, do cumprimento da Constituição e da fidelidade ao espírito da Revolução Portuguesa de 25 de

Abril de 1974 e ainda de órgão político e legislativo em matéria militar;

- A Comissão Constitucional será presidida por um membro do Conselho da Revolução, com voto de desempate e composta, além do presidente, por quatro juízes, sendo um designado pelo Supremo Tribunal de Justiça e os restantes designados pelo Conselho Superior da Magistratura, sendo um dos Tribunais da Relação e dois dos Tribunais da 1.ª instância; uma personalidade de reconhecido mérito, designada pelo Presidente da República; uma personalidade de reconhecido mérito, designada pela Assembleia Legislativa; duas personalidades de reconhecido mérito, designadas pelo Conselho da Revolução, sendo uma, pela menos, jurista de reconhecida competência;

- Compete à Comissão Constitucional: dar obrigatoriamente parecer sobre a constitucionalidade dos diplomas que hajam de ser apreciados pelo Conselho da Revolução; dar obrigatoriamente parecer sobre a existência de violação das normas constitucionais por omissão e julgar as questões de inconstitucionalidade que lhe sejam submetidas.

- O Governo é politicamente responsável perante o presidente da República e perante a Assem-



bleia Legislativa e, quanto a esta, em termos a definir pela Assembleia Constituinte.

O Presidente da República dissolverá obrigatoriamente a Assembleia Legislativa quando esta haja recusado votos de confiança ou aprovado moções de censura que determinem, por qualquer destes motivos, a terceira substituição do Governo durante a mesma legislatura.

Será afixada em quatro anos a duração da primeira legislatura.

O primeiro mandato do Presidente da República cessará três meses após o termo do período de transição ou cinco

anos após a sua eleição, conforme o prazo que terminar mais cedo.

Na segunda legislatura, a Assembleia Legislativa terá obrigatoriamente poderes de revisão constitucional, não podendo o Presidente da República recusar a promulgação da lei de revisão. Considera-se findo o período de transição quando entrar em vigor aquela lei.

O presente Pacto vigora quatro anos, não podendo ser revisto durante esse período sem o acordo do Conselho da Revolução.»

## Constituição: a Democracia como lei

A proximidade do acto eleitoral e a continuação do acelerado ritmo da vida política portuguesa — praticamente sem quebras de maior desde Abril de 1974 — relegaram para um plano bem pouco de acordo com a sua real importância, a conclusão dos trabalhos da Assembleia Constituinte.

Na verdade, e mesmo admitindo a dificuldade de se poder atribuir aos numerosos actos políticos deste período o seu grau de importância no desenrolar do processo político português, o final da elaboração da lei máxima do País culminou a talvez mais importante fase do processo político português iniciado em 1974.

Iniciados em 2 de Junho de 1975, os trabalhos de elaboração da Lei foram várias vezes perturbados pelas oscilações — algumas das quais tão decisivas como violentas — em que foi fértil este período da vida nacional.

A permanente situação de conflito entre as forças políticas intervenientes chegou a interromper o funcionamento dos trabalhos e

mesmo pondo em perigo a sua existência.

No entanto, o peso da razão acabaria por vencer tais dificuldades e contradições. Aprovada por maioria esmagadora, a Constituição vigora desde 25 de Abril, consagrando as grandes conquistas do Povo Português. O próprio preâmbulo da Lei é aliás esclarecedor:

**Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórico da sociedade portuguesa.**

**A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do País.**

**A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cida-**

**dãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.**

De acordo com a nova Constituição **A República Portuguesa é um Estado democrático baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democráticas, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras.**

A Lei determina ainda que são tarefas fundamentais do Estado:

- a) **Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam;**
- b) **Assegurar a participação organizada do povo na resolução dos problemas nacionais, defender a democracia política e fazer respeitar a legalidade democrática;**
- c) **Socializar os meios de produção e a riqueza, através de formas adequadas às características do presente período histórico, criar as condições que permitam promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo, especialmente das classes trabalhadoras, e abolir a exploração e a opressão do homem pelo homem.**



## Cultura

— arranque decisivo?

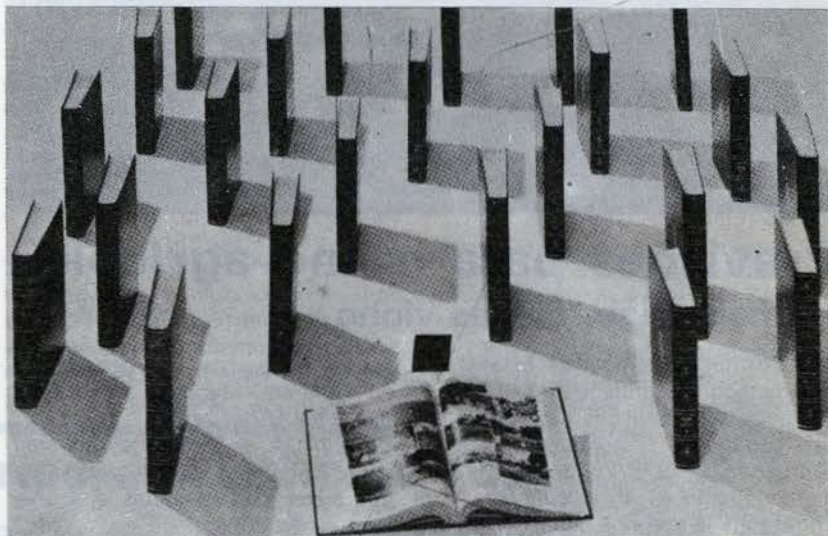
Talvez pela sua extraordinária complexidade e por se tratar de um sector que accionará de forma decisiva a transformação da sociedade portuguesa, a Cultura — em termos de definição e acção governativa — tem sido sistematicamente «ignorada».

Todavia, o problema parece agora em vias de enveredar por uma nova fase depois da nomeação do dr. David Mourão Ferreira, personalidade de grande relevo da vida literária nacional, para o cargo do Secretário de Estado da Cultura.

Apesar do pouco tempo decorrido após a sua nomeação, e tendo em conta os condicionalismos existentes, dos quais se salienta a inexistência de um Ministério da Cultura (que tudo leva a crer venha a ser criado) o titular da pasta deu já grande impulso ao estudo das questões mais importantes do sector.

Entretanto, foi já divulgado por aquele departamento o seguinte programa de acção:

1. Assegurar a conservação e constante utilização do património cultural, promovendo o seu correcto inventário.
2. Estimular, quer no âmbito de tal património quer fora dele, a investigação das raízes profundas que lhe deram vida e das perspectivas que lhe garantam a sobrevivência.
3. Favorecer, por todos os meios possíveis, a criação, a preservação e a difusão das obras do espírito e das produções da imaginação tanto individuais como colectivas.
4. Transformar decididamente o que por tempo demasiado constituiu apenas privilégio de alguns em tesouro e proveito da comunidade.
5. Proceder ao levantamento de todas as instituições de vocação e âmbito culturais, bem como dos agentes de criação e intervenção no mesmo



domínio e contribuir para a desejável activação e coordenação dos seus programas.

6. Concorrer para o necessário esclarecimento, no presente contexto histórico, da situação social de escritores, artistas e intelectuais, de modo a elaborar-se oportunamente o respectivo estatuto legal de acção e inserção na sociedade portuguesa.

7. Incentivar entre os indivíduos e as populações, incluindo as mais afastadas dos grandes centros, para além do gosto pela cultura, a apetência e as possibilidades de efectiva participação na vida cultural.

8. Organizar, apetrechar e fortalecer uma rede cada vez mais ampla de focos de pesquisa, de centros de animação, de estruturas adequadas para a irradiação do livro e do espectáculo, do recheio de museus e de galerias, de manifestações musicais e de debates de ideias.

9. Impedir, por todas as formas,

a instrumentalização partidária de tais actividades e as veleidades dirigistas em qualquer sector.

10. Fomentar, no território nacional e nos núcleos de portugueses espalhados pelo mundo, a defesa da nossa língua, a consciência da nossa história, a elucidação da nossa mundividência.

11. Cooperar intimamente com todos os povos e nações de língua portuguesa, não só no sentido de salvaguardar o que nos é culturalmente comum, mas também no de conhecer, contactar e respeitar o que nos diferencia.

12. Estabelecer e estreitar, a nível cultural, sistemas de relações recíprocas com todos os países do mundo, de modo a que venham até nós imagens e testemunhos dos mais diversos quadrantes e de modo a que se projectem, nos mais diversos quadrantes, imagens e testemunhos da nossa própria Cultura.

# O PAÍS HOJE





## Previsões para o ano agrícola — mais trigo, menos vinho

O Instituto Nacional de Estatística divulgou recentemente as suas estimativas e previsões das principais produções alimentares para a campanha de 1975/76, designadamente quanto às áreas cultivadas. Entretanto, já que nos últimos tempos as chuvas têm caído com relativa regularidade na maior parte do País, o que veio beneficiar consideravelmente o estado das culturas, o ano agrícola é encarado com certo optimismo. As previsões são as seguintes:

**TRIGO** — Para a campanha 1975-76, prevê-se, em primeira estimativa, uma área de 565 milhares de hectares, o que representa um acréscimo de 17 %, quer em relação à área semeada no ano anterior quer à área média dos últimos dez anos.

**AVEIA** — Em primeira estimativa, foi avaliada uma área de 188 milhares de hectares, o que equivale a uma área superior em 6 % e 9 %, quer em relação ao ano anterior quer à média do último decénio, respectivamente.

**CENTEIO** — A área prevista — 198 milhares de hecta-

res — representa um decréscimo de 12 % em relação à área média dos últimos dez anos.

**CEVADA** — Estima-se uma área de 119 milhares de hectares, uma das áreas mais elevadas dos últimos cinco anos.

**FAVA** — Em primeira estimativa, prevê-se uma área para esta leguminosa de 39 milhares de hectares,

o que equivale a uma área aproximadamente igual à do ano transacto, mas inferior a 18 % em relação à área média dos últimos dez anos.

**VINHO** — Após a colheita, estimou-se uma produção para 1975 de 9146 milhares de hectolitros, uma produção inferior em 34 % e 14 %, quer em relação à do ano anterior, quer em relação à produção média do último decénio.

**AZEITE** — Em primeira estimativa, prevê-se uma produção de 542 milhares de hectolitros, o que equivale a uma produção superior em 3 % à do ano anterior, mas inferior em 13 % à produção média dos últimos dez anos.

**LARANJA** — Não se alterou a estimativa feita no mês anterior: de 123 milhares de toneladas, o que significa um acréscimo de 8 % em relação à produção de 1974.

Entretanto, por despacho do Secretário de Estado do Fomento Agrário, foi criada uma Comissão Técnica Orientadora da campanha de fomento da cultura do milho para 1976. O despacho refere que por falta de hábitos e de estruturas o ano de 1975 foi considerado um ano de preparação da campanha de fomento da cultura do milho. Os resultados obtidos, prossegue o despacho, ficaram aquém do possível pela adversidade climática que atingiu os regadios e pela falta de colaboração das entidades envolvidas no processo.

## Provedor de Justiça

### — pela primeira vez em Portugal, as reclamações dos cidadãos vão ser ouvidas

Diligenciar para que a Lei seja mudada em tudo o que nela estiver errado, limitado ou ambíguo, tendo como base os interesses humanos e sociais do cidadão comum — é a tarefa que incumbe ao Provedor de Justiça, cargo agora criado em Portugal, e desempenhado pelo tenente-coronel Costa Brás, antigo Ministro da Administração Interna e embaixador itinerante.

Apesar de instituído na grande maioria dos países com tradições democráticas, quer na Europa Ocidental, quer na América do Norte, alguns países da Ásia, África e Austrália, o cargo de Provedor da Justiça não existia entre nós. Primeiramente criado na Suécia, onde iniciou a sua prática em 1970, sendo oficializado em 1809 com o nome de «ombudsman», tem como características principais a imparcialidade e



independência em relação ao poder administrativo, permitindo «ouvir as queixas do cidadão comum, sempre que este se sinta lesado pelo poder central, e providenciar a respectiva investigação e publicidade do facto, de modo que as situações de injustiça sejam destruídas».

Dias antes de tomar posse no cargo, Costa Brás afirmou que «nos tempos que correm é possível esmagar accidentalmente os direitos do cidadão com a enorme e pesada máquina administrativa». A existência do «Ombudsman» — em Portugal provedor de Justiça — é justificada pelo facto reconhecido de o homem rico poder resolver situações de injustiça através dos seus privilégios, da sua influência sobre a autoridade, do dinheiro necessário ao procedimento legal, para além de saber o que pode e deve fazer para ganhar, ao passo que o homem humilde é incapaz de se defender, de se impor, habituado que é a ser empurrado, não lhe ocorrendo que pode apelar da decisão dos grandes.

A posse, no dia 18 de Março passado, foi conferida pelo general Costa Gomes que afirmou: «Portugal dá assim mais um passo no sentido

da democratização da vida pública no momento em que é empossado o primeiro Provedor de Justiça, cuja designação, doravante, caberá à Assembleia da República». E acrescentou: «A existência do Provedor de Justiça, só por si, obriga a Administração a cuidar da sua própria conduta, exercendo num segundo momento um efeito correctivo, em casos particulares, através da análise das reclamações dos cidadãos e do envio de recomendações à Administração».

As mais diversas reclamações chegaram antes da tomada de posse. As questões postas vão desde promoções nos serviços até problemas de partilhas, «porque tendo ideia de que o Provedor de Justiça irá debruçar-se sobre variadíssimos aspectos da Justiça ou da sua aplicação, entendem que aquilo que para eles é injusto será problema a pôr ao Provedor», afirmou Costa Brás, salientando: «Há assuntos em que, na realidade, o Provedor não tem possibilidade de intervir, já que actuará sobre problemas que dizem respeito à Administração e não sobre problemas privados».

## Automóvel eléctrico em Lisboa para muito breve



Dependendo apenas da necessária autorização da Comissão Técnica de Automobilismo, vai passar a circular em Lisboa o primeiro automóvel eléctrico.

Com este veículo, a empresa Companhia Reunidas de Gás e Electricidade — que o adquiriu —

pretende realizar um teste a fim de verificar da possibilidade de substituir a sua frota automóvel, em circulação pela cidade e arredores.

O novo carro, de fabrico inglês, tem lotação para dois lugares e espaço destinado a carga, constituindo o meio de transporte ideal para a cidade, pela facilidade de

# O PAÍS HOJE

manobra que proporciona. Por outro lado, o motor dispensa qualquer espécie de óleo e não produz gases nem ruídos, sendo extremamente económico. O custo da manutenção, por quilómetro, pode cifrar-se em 25 centavos.

Se se atentar no facto de ser importada toda a gasolina consumida em Portugal, o advento deste meio de transporte permite uma muito apreciável economia, no consumo de divisas estrangeiras. Acresce ainda o facto de a sua construção ser mais acessível à indústria nacional do que a de qualquer outro tipo de viaturas.

O carro adquirido pelas C.R.G.E. é da marca «Enfield», atinge 50 km/hora em 13 segundos e uma velocidade normal de 60 km/hora, bastando uma vulgar tomada de corrente de 220 voltios para carregar as baterias, que têm autonomia para seis horas.

Se o teste a que vai ser submetido resultar e se o exemplo for seguido por outras organizações que utilizam o automóvel dentro da cidade, os problemas de poluição de atmosfera, em ruídos e gases de escape tóxicos, podem ficar grandemente reduzidos. O mesmo se pode dizer em relação às questões de economia de energia, nas quais o motor de combustão interna tem a sua grande parte de responsabilidade.

Sem ser um carro destinado a grandes velocidades, o automóvel eléctrico poderá vir a desempenhar importante papel, como meio eficiente de transporte, dentro das cidades e como elemento de defesa dos interesses da colectividade.



# Setenave

## — a primeira construção

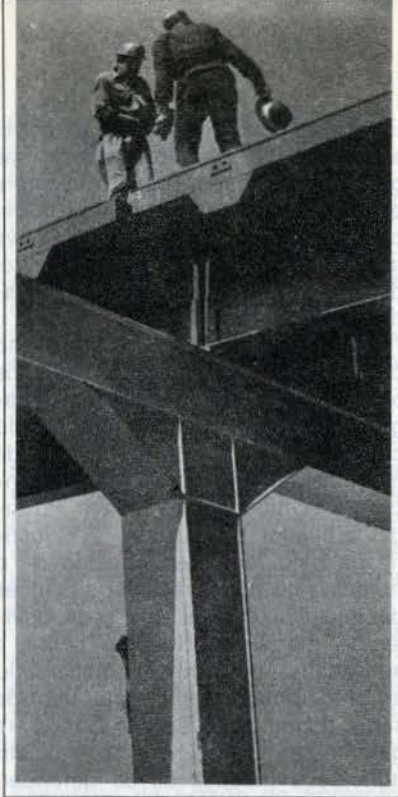
A Setenave — Estaleiros Navais de Setúbal — entrou no quarto ano de existência, depois do dia em que uma das maiores dragas mundiais iniciou o aterro de um milhão de metros cúbicos, no belo estuário do rio Sado.

Foi aqui criado pelos técnicos portugueses, com a experiência adquirida na Lisnave, um novo estaleiro para a construção, reparação e modificação de navios. A empresa pode ainda dedicar-se a outras actividades no sector da metalo-mecânica pesada quando as circunstâncias o aconselharem.

Esta obra de dimensão internacional, concebida da forma mais racional e dotada com o equipamento mais moderno e com a téc-

nica mais avançada, com realce para a plataforma de construção e sistema de lançamento à água das novas construções, tem agora os seus novos estatutos aprovados: é uma empresa pública com o capital social de 600 mil contos, onde o conselho de administração e os órgãos representativos dos trabalhadores definirão as formas que deverão revestir as suas relações mútuas.

Lembramos que em 19 de Fevereiro foi entregue à Eriksberg de Gotemburgo (Suécia) a primeira construção daquele Estaleiro: um componente para um petroleiro de 316 000 toneladas em construção e para a entregar à Sogonaba.



## Trás-os-Montes mais perto do Mundo

A partir de 1 de Maio, carreiras aéreas de Lisboa e Porto para Bragança, Chaves e Vila Real, vão quebrar o isolamento a que a região de Trás-os-Montes tem estado votada.

As novas ligações serão asseguradas pela TAP, e vêm superar as dificuldades até agora demons-

tradas pelos transportes de superfície, permitindo ligar, através das carreiras nacionais e internacionais, Trás-os-Montes ao resto do País e do Mundo.

Assim, Bragança, Chaves e Vila Real vão passar a dispor de duas ligações aéreas semanais com Lisboa e Porto, prevendo ainda os

TAP a abertura de novas carreiras entre a parte ocidental do Algarve e Lisboa, bem como entre a capital e a região das Beiras.

Este último esquema de ligação encontra-se ainda em estudo, prevendo-se, no entanto, que ele se processe com as seguintes carreiras: Lisboa-Sines-Portimão, Portimão-Lisboa, Lisboa-Portimão e Portimão-Sines-Lisboa.

Entretanto, já se efectua há algum tempo uma ligação aérea entre a Cova da Beira e a capital, com três voos semanais entre a Civilhã e Lisboa.

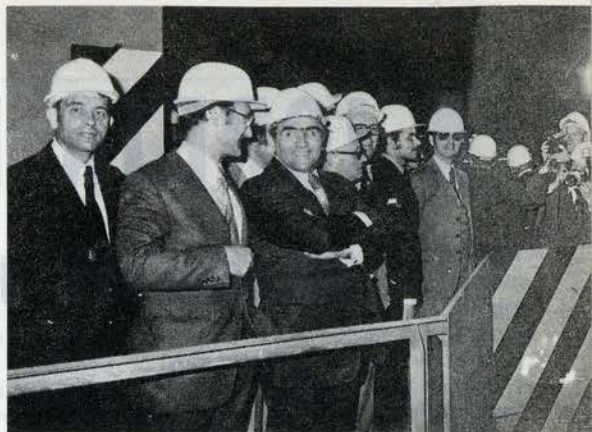
As novas ligações aéreas internas surgem na sequência da remodelação dos Táxis Aéreos Continentais (TAC), criados pela TAP em 1969.

A reorganização dos serviços, que passaram a designar-se «TAP-Regional», visa superar as ligações entre a capital e as diversas províncias do País, auxiliando, ao mesmo tempo, as respectivas economias regionais.

A «TAP-Regional» dispõe de uma frota de 4 aviões de pequena lotação (cerca de 10 lugares): 2 Beechcraft Barom-BE 58, 1 Beechcraft King Air-BE 90 e 1 Highlander.



# PINHEIRO DE AZEVEDO NA ÁUSTRIA



Na sua primeira visita oficial ao estrangeiro, o Primeiro-Ministro almirante Pinheiro de Azevedo permaneceu durante três dias na Áustria. O fenómeno da estabilidade política neste país — que classificou como o mais perfeito e possível de atingir a curto prazo em Portugal — foi o principal motivo que Pinheiro de Azevedo apontou para a sua deslocação a Viena.

Com efeito, a Áustria é o país ocidental com o mais baixo índice de conflitos de trabalho e por consequência uma grande estabilidade política e social. Berço de uma cultura rica e diversificada, com extraordinárias belezas naturais — o que lhes proporciona altos dividendos no turismo — a Áustria tem-se mantido numa posição de «neutralismo activo», face ao jogo dos imperialismo e afastada dos grandes conflitos internacionais.

Quanto à estabilidade política e social acima referida, é de salientar que o cenário político tem sido dominado pelo Partido do Povo e pelo Partido Socialista, com variações de maioria. Cada um destes partidos obteve sempre pelo menos 40 por cento dos votos nas eleições para o Conselho Nacional. Além destes dois partidos, o Partido Liberal e o Partido Comunista conseguiram entrar no Conselho Nacional. Contudo, nenhum destes dois partidos teve mais do que 10 por cento dos mandatos. Desde 1959 que não estão representados no Parlamento.

Por outro lado, desde há muitos anos que não se registam na Áustria greves importantes. A Federação Austríaca dos Sindicatos (O. G. B.), a Câmara dos Trabalhadores e a Câmara dos Trabalhadores do Campo representam os interesses dos trabalhadores. O interesse do patronato é representado pela Câmara Federal da Economia e pela União Industrial. As câmaras são instituições de direito público, às quais é obrigatório pertencer. O O. G. B. e a

União Industrial são sociedades de pertença livre.

O O. G. B. difere da maior parte dos sindicatos de outros países pelo facto de ser apatidário e estar fortemente centralizado. As tendências políticas são apresentadas como fracções do O. G. B. Quase dois terços dos trabalhadores pertencem ao O. G. B. Os sindicatos socialistas são a fracção mais forte. Embora a tarefa principal do O. G. B. seja estabelecer contratos colectivos, como associação mais poderosa da Áustria tem grande influência nas decisões do Governo.

Confrontado com a reconstituição da sua pátria após a anexação nazi e a ocupação aliada, o povo austríaco passou a política para plano secundário e dedicou-se à recuperação económica. Por isso, a chamada Comissão Paritária, que junta os parceiros económicos visando o controlo de preços e salários, funciona «sobre esferas». Essa comissão é um «forum» de negociações com base voluntária e sem vinculação jurídica, formada por representantes do O. G. B. e das Câmaras de Trabalhadores, da Câmara Federal de Economia e das Câmaras dos Trabalhadores, bem como do Governo. O presidente da Comissão é o chanceler.

Limitadas praticamente ao sector económico, as relações entre Portugal e a Áustria eram quase nulas antes de 25 de Abril. Neste contexto, e muito embora de relativamente fraca projecção internacional, a visita do Primeiro-Ministro português pode considerar-se positiva a avaliar pelas declarações que prestou à chegada, e segundo as quais, para além duma frutuosa troca de impressões com as autoridades austríacas, foram dados passos decisivos no domínio da cooperação bilateral e de desenvolvimento da cooperação no seio da E. F. T. A.

Durante a visita, Pinheiro de Azevedo teve ocasião de se avistar

com o presidente da República austríaca, Rodolf Kirchschrager, e manteve, juntamente com a sua comitiva, conversações com chanceler Bruno Kreisky e outros elementos do seu Governo.

No decorrer de um jantar em sua honra, e durante o qual convidou o chanceler Bruno Kreisky a visitar oficialmente Portugal, Pinheiro de Azevedo afirmou a propósito das relações entre os dois países:

«(...) Os acordos comerciais e económicos estabelecidos entre Portugal e os países europeus têm já uma longa tradição. Mais recentemente surgem como exemplos concretos a Associação Europeia de Comércio Livre, de que Portugal é membro de pleno direito, e a Comunidade Económica Europeia, com a qual Portugal mantém acordos de cooperação. Mas os esforços actualmente desenvolvidos pela nossa diplomacia tendem a reforçar os laços já existentes com ambas as organizações, numa acção consistente com o objectivo de concretizar uma estreita ligação entre as entidades nacionais dentro das especializações naturais de cada povo e de cada sistema económico.

Limitar-me-ei aqui a falar da E. F. T. A., onde somos parceiros da Áustria. Embora, tratando-se de uma associação de comércio livre hoje reduzida pela adesão de três membros iniciais à C. E. E., foi com agrado que o meu Governo tomou conhecimento da sua disposição em encontrar fórmulas concretas de apoio à democracia portuguesa. É com agrado que registamos a posição que a Áustria tem assumido neste contexto, sem quaisquer reservas, apostando ela própria com coerência no ideal democrático. Apreciaríamos assistir a uma aposta idêntica de outros, talvez com mais possibilidades que a Áustria, mas certamente menos crédulos na bondade das forças democráticas portuguesas (...)



# A IGREJA EM PORTUGAL

## FINALMENTE UMA VISÃO REALISTA?



### D. ANTÓNIO RIBEIRO:

«Portugal não é uma  
cristandade decadente»

#### OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CULTURA PORTUGUESA

*Em boa verdade (por muito que pese...) apanhada de surpresa em 25 de Abril de 1974, e vivendo depois em relativa oscilação entre o emaranhado das várias opções políticas propostas e tentadas para o figurino nacional, a Igreja portuguesa parece agora apostada em «recuperar» o tempo perdido — ainda que para si própria entenda que não é (ou não foi) bem assim...*

*De qualquer modo, pode dizer-se que praticamente só depois de 25 de Novembro a voz da Igreja se fez ouvir com aquela fluidez característica de uma observação atenta e uma vivência real dos problemas que afectam o Povo Português. O que não quer dizer, evidentemente, que os mentores da vida religiosa do País possam argumentar que as circunstâncias político-sociais do período anterior impedissem totalmente a divulgação das suas teses e tomadas de posição face às situações políticas e conflitos decorrentes da nova situação portuguesa. É óbvio que este problema — a atitude da Igreja no contexto político português até 25 de Novembro — mereceria estudo aprofundado. Mas por agora ficamos pela transcrição de algumas passagens de duas recentes e significativas entrevistas: do Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, ao «Diário de Notícias», e do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, ao «Comércio do Porto».*

**P.** — Considera que Portugal ainda pode ser denominado uma «nação cristã»? Ou pensa que a sociedade portuguesa se comporta como se Deus não existisse? Se tivesse que definir o estado religioso da cristandade portuguesa, diria que ela é: uma cristandade decadente? Descristianizada? Paganizada? Materialista?

**R.** — Portugal é e será uma nação cristã. Quando digo Portugal, refiro-me evidentemente à grande maioria do povo português, com a sua História Pátria e os valores culturais que modelam o estilo de vida da Nação.

No censo de 1970, afirmaram-se católicos mais de oito milhões de portugueses. É certo que muitos não praticam regularmente a religião declarada, mas quase todos procuram a Igreja, ao menos nos momentos mais solenes e empe-



nhativos da vida e da morte.

Por outro lado, a História de Portugal não se compreende sem referência constante ao cristianismo e à Igreja Católica. Torna-se superfluo enumerar factos de todos conhecidos. Direi apenas que sem o cristianismo Portugal não seria o que foi, nem será o que deve ser. O cristianismo impregnou a alma da Nação e, sem ele, Portugal dará lugar a outro país diferente.

Os valores fundamentais da cultura portuguesa — os que a explicam e unificam — são cristãos, embora por vezes abastardados e não obstante as arremetidas que têm sofrido. Acontece, porém, que entre nós, como noutros velhos países da Europa, o enraizamento milenário da fé e a novidade sempre actual do Evangelho garantem ao cristianismo o indispensável vigor para converter os «bárbaros» de todos os tempos.

Naturalmente, ao dizer isto não identifiquei Portugal com o Estado Português. Este, desde há muito, proclama-se um Estado laico ou aconfessional. E a Igreja não se opõe a uma justa aconfessionalidade do Estado. Pelo contrário, aceita, compreende e reconhece que os Estados modernos queiram afirmar, no âmbito da sua esfera de organização e de competência, a autonomia que lhes cabe perante as confissões religiosas.

Isto não significa, todavia, que o Estado e a Igreja, embora autónomos e independentes, não devam cultivar entre si uma sã e respeitosa cooperação, em benefício da vocação pessoal e social dos mesmos homens. Menos ainda significa que o Estado possa arvorar-se em senhor absoluto de tudo e de todos ou adopte, como doutrina estatal, quer o laicismo ideológico quer o ateísmo militante. Os Estados totalitários ou ateus são profundamente desumanos. Como há pouco disse um bispo francês, esmagam o que de mais essencial

existe no homem: o desejo de Deus, raiz última de todas as liberdades humanas.

Creio já estar também respondida a última parte da questão que me formulou. Portugal não é uma cristandade decadente. A testemunhá-lo, aí estão hoje os numerosos cristãos e grupos de cristãos, talvez mais do que no passado vivos e evangelicamente dinâmicos. Eles são a certeza e a esperança do presente e do futuro da Igreja entre nós.

Poderá dizer-se que, em vários

aspectos, a cristandade portuguesa está descristianizada, paganizada, materialista. Mas importa ter presente que, no Mundo, nunca houve nem haverá uma sociedade totalmente cristã. Mesmo dentro da própria Igreja, a fé morou sempre paredes-meias com a descrença. Deus nunca destruiu completamente os ídolos e o espírito vive encarnado na matéria. Segundo a parábola do Evangelho, o trigo e o joio não-de crescer juntamente, no mesmo campo, até à hora da ceifa.

## A IGREJA E A JUVENTUDE



**P. — Há quem sustente que a Igreja perdeu também a juventude, depois de ter perdido a classe operária, pelo menos em Portugal. Haverá instituição ou movimento que se possa dizer ter ganho a juventude? Como responde a Igreja à fuga dos adolescentes e dos jovens? A aparente dissonância entre a Igreja e as pessoas, a partir da puberdade, será o sinal da morte das religiões institucionalizadas, como querem certos militantes do ateísmo?**

**R. —** Não cabe aqui facilmente uma análise pormenorizada do problema complexo das actuais relações entre a Igreja e a juventude. É certo que em Portugal, como aliás noutros países, se verificou, em tempos ainda não distantes, uma clara desafeecção de muitos jovens perante a Igreja. O fenómeno explica-se quer pela falta de uma acção pastoral da Igreja particularmente dirigida à juventude, quer pela conhecida alergia dos jovens a instituições históricas e a organizações por eles consideradas estáticas.

Não se poderá dizer, todavia, que a Igreja em Portugal perdeu a juventude. Basta considerar o



# A IGREJA EM PORTUGAL

grande número de jovens que integram movimentos católicos, como o Escutismo, as Conferências de S. Vicente de Paulo e outros. E já não falo dos grupos juvenis, activos e entusiastas, existentes em quase todas as paróquias e profundamente empenhados em serviços essenciais da Igreja, como a liturgia, a catequese e a acção socio-caritativa. Ainda há pouco pude assistir a uma reunião de cerca de mil catequistas da cidade de Lisboa, onde a maioria eram jovens.

Sei que nenhuma instituição ou movimento pode hoje dizer que ganhou a juventude. Mas o facto constitui motivo de esperança para a Igreja. A recusa dos jovens a deixarem-se «ganhar» ou «conquistar» por certas forças e organizações revela valores que podem ser evangélicos. Os jovens de hoje manifestam um sentido profundo da liberdade, um grande desejo de autenticidade contra formalismos e hipocrisias, uma notável capacidade inventiva e criativa, uma clara rejeição do anonimato e da impessoalidade. O recto desenvolvimento destes valores conduz, mais cedo ou mais tarde, a Cristo e à Igreja.

Aliás, a própria contestação que os jovens movem à Igreja não vai directamente contra ela, mas sim contra os comportamentos «religiosos» de muitos adultos. Os jovens contestam e rejeitam, com razão, a incoerência de vida de tantos cristãos adultos, que reduzem a fé ao simples formalismo da Igreja, clérigos ou leigos, nem sempre transparece a fisionomia do rosto de Cristo.

Os jovens de hoje pedem e desejam uma Igreja mais simples, mais despojada, menos preocupada com as suas estruturas accidentais. Querem uma Igreja mais fiel a Jesus Cristo e às raízes teológicas da sua mensagem. Nestas aspirações há traços verdadeiramente

correspondentes ao rosto da Igreja que o Concílio Vaticano II propôs aos homens do nosso tempo. A renovação conciliar em curso levará necessariamente a Igreja aos jovens e os jovens à Igreja. E esta é a melhor e mais radical resposta da Igreja à fuga dos adolescentes e dos jovens.

O actual processo de renovação eclesial tem conduzido, um pouco por toda a parte, à realização de acções pastorais orientadas para os jovens. E os resultados são positivos e animadores.

Não é de estranhar que durante a puberdade haja no adolescente um certo questionamento da Igreja e da fé. A adolescência é o tempo da personalização crítica, que supõe sempre alguma crise vital de crescimento. Os valores da fé não podem escapar a esta lei. Se a Igreja fosse apenas uma simples «religião institucionalizada», correria certamente o risco de ser catalogada na prateleira das velharias. Mas ela é, sobretudo, espírito e vida, novidade permanente, que nenhuma ideologia consegue sufocar. Onde houver espírito e vida, aí estarão os jovens. Não é certo que nos países comunistas são sobretudo os jovens, acompanhados por alguns intelectuais, quem mais alto contesta o ateísmo militante?

**P. — A religiosidade popular está em declínio? Como se explica a manutenção do fenómeno Fátima? Que peso tem hoje o Santuário na vida da Igreja como instituição?**

**R. —** Quando se fala em religiosidade popular, há que distinguir entre os seus valores essenciais e as exteriorizações em que estes valores são do domínio da fé; as exteriorizações andam conexas a formas culturais históricas, que têm muito a ver com o grau de desenvolvimento dos povos e a sua idiosincrasia. As expressões

da religiosidade popular divergem de um país para outro e até segundo as regiões do mesmo país. No caso de Portugal, todos sabemos como idênticos conteúdos de fé não se exprimem da mesma maneira no Norte e no Sul do País.

Várias expressões da religiosidade popular estão certamente em crise, a crise inerente à evolução social e cultural. Mas não se segue daí que os valores da fé do povo se encontrem automaticamente postos em causa. Pelo contrário, a crise pode ser benéfica, se for aproveitada para um maior aprofundamento da fé, em formas de expressão adequadas à mudança e aos novos modelos culturais.

Não considero em declínio a religiosidade do povo português. Mas admito que ela possa vir a ser gravemente afectada, quer pelo apego saudosista e insensato de uns a fórmulas ultrapassadas, quer pelo espírito atrevido e vandálico de outros que tudo desejam destruir, sem distinção entre o essencial e o accidental, entre o conteúdo e o invólucro. Como escreveu recentemente o Papa Paulo VI, a atitude pastoral diante da religiosidade popular deve aliar o maior respeito pelos valores da fé do povo ao cuidado diligente de a purificar das deformações religiosas que eventualmente a contaminem.

Como se explica o fenómeno Fátima? Quanto a mim, explica-se por aquilo que é. Julgo ter sido Paul Claudel que, referindo-se a Lourdes e a Fátima, lhes chamou as grandes explosões de sobrenatural no mundo contemporâneo. E, quando o sobrenatural se manifesta, sempre os homens correm ao seu encontro, quer se trate da aparição extraordinária, quer da outra mais discreta e habitual, que é a vida dos santos. A sobrenaturalidade de Fátima não é um



episódio de há cinquenta anos. Continua a ser um facto de hoje, comprovado pelas manifestações de fé ali vistas e pela transformação dos espíritos, que ali se opera.

O Santuário de Fátima serve a Igreja em Portugal, de vários modos. Além de ser o lugar habitual das grandes celebrações da piedade do povo português, constitui também uma boa escola de aperfeiçoamento da religiosidade popular. E são notáveis os esforços desenvolvidos pelos responsáveis do Santuário, no domínio da educação da fé dos peregrinos. As estruturas do Santuário têm ainda sido postas, generosamente, ao serviço da Igreja, que lá efectua frequentes reuniões e encontros pastorais de sacerdotes, de religiosos e de leigos.

## A LIBERDADE RELIGIOSA

**P. — Há hoje em Portugal liberdade religiosa?**

**R. —** Quando, alguns meses atrás, um jornalista estrangeiro me dirigiu esta mesma pergunta, não tive dificuldade em lhe responder que, de facto existe liberdade religiosa em Portugal. Acrescentei, porém, que esta afirmação significava apenas não haver, ao tempo, qualquer intervenção expressa das autoridades oficiais a coarctar o exercício da liberdade religiosa. Não diria a mesma coisa se me referisse às actuações de alguns grupos de base, que aproveitam o período anárquico da Revolução para agredir e ferir a liberdade da Igreja.

Como é sabido, a liberdade religiosa não compreende só a liberdade de culto. Inclui também, entre outros aspectos, as liberdades de organização, de ensino, de expressão pública (individual e colectiva) da fé, etc. Ora aconteceu que, durante o tal período anárquico,

não faltam casos de manifesta agressão injusta a algumas destas liberdades. E nem sempre as autoridades constituídas quiseram ou puderam fazer respeitar os direitos da Igreja. A título de exemplo, tenha-se presente o que sucedeu numa diocese do Sul do País, onde ainda em Janeiro deste ano havia cerca de vinte pequenas propriedades de instituições religiosas, abusivamente ocupadas e subtraídas aos seus fins específicos.

Por outro lado, temos de lamentar hoje alguns diplomas legais que podem vir a pôr em causa a liberdade religiosa entre nós.

Refiro-me, concretamente, à ambiguidade do texto votado e aprovado pela Assembleia Constituinte sobre a questão do ensino particular e a dois decretos governamentais, que, para integrar as Santas Casas da Misericórdia num necessário serviço nacional de saúde, não encontraram outra via se não a da sua nacionalização.

Menciono ainda a falta de isenção ideológica de alguns problemas do ensino oficial, que actualmente preocupam muitos pais ao verem ameaçada pela escola a educação cristão dos seus filhos.



## D. ANTÓNIO FERREIRA GOMES: «A Igreja já declarou que não precisa de privilégios»

**P. — Pode a Igreja sobreviver num contexto do passado, baseado em rituais (de fé)?**

**R. —** «(...) O facto de me interrogar sobre as possibilidades de «sobrevivência» da Igreja, lembra-me aquela atitude de Couchoud

a respeito de Cristo na história — quer da existência histórica de Jesus quer da influência que teve no passado e no presente — que resumia mais ou menos no seguinte: pode ser que Cristo tenha tido alguma utilidade no passado, que



tenha prestado algum serviço à humanidade, mas deixou de ser preciso; por isso, como a um criado que deixou de ser útil, despede-se...

Despedimento sem justa causa — podia eu dizer — despedimento da Igreja ou de Cristo! E isso, hoje entre nós, bastava...

Mas não, prefiro interpretar a sua pergunta, na sequência do seu discurso lógico, mais ou menos assim: Mas então para quê a Igreja? Qual a sua competência própria? Que utilidade pode ela ainda ter para a sociedade actual e futura?

Pois bem, quanto a Cristo e à Igreja, é evidente que *ça bouge encore*. E decerto mais que antes. E também na Imprensa, mesmo portuguesa. E talvez mesmo — mas aí já não sou «competente»... — no «O Comércio do Porto». Pois, porque estamos hoje a falar?...

Conhece aquela frase atribuída a Tertuliano: *solutio omnium difficultatum Christus*. Não haverá muitas frases de que tanto se tenha abusado como desta bela frase de efeito: primeiro os pregadores, depois políticos, sociólogos, etc. Que, suposta a adesão a Cristo, não há mais problemas. A religião cristã tem a chave ou o sésamo — abre-te para todos os segredos económicos, políticos e sociais. «Não fazemos política, defendemos a santa Religião» — assim diziam os Carlistas, em Espanha, como os Miguelistas, em Portugal (e matavam gente...). Também, antes, a Inquisição se chamou «Tribunal da Fé», sendo efectiva e realmente um «tribunal de defesa social e política» — a PIDE ou o COPCON desse tempo. Querendo fazer da Fé ou de Cristo «a solução de todas as dificuldades», uma sociedade e uma política, arruinou muitas condições da credibilidade da Igreja para séculos...

Não, Jesus da Nazaré só é e só foi neste mundo o Messias e

o Cristo de Deus, para resolver um problema e um só: o problema religioso, o problema do Homem religioso, o problema do Reino de Deus. Isto e nada mais, directamente: o resto, apenas por acréscimo.

Claro que os homens, sobretudo depois de Constantino, querem ver antes o Cristo-em-Majestade, a própria Onnipotência de Deus triunfante, com risco mesmo de obscurecer-se o mistério fundamental da Santíssima Trindade e o sentido da Redenção; mas a Igreja não pode deixar de acentuar a teologia da Cruz (teologia esta que os protestantes querem acusar-nos de preferirmos, a troco duma teologia da Ressurreição, que assim se tornaria falsa).

Mas, em suma e em claro, Cristo veio remir a Humanidade, o que é a solução por essência do problema religioso do Homem. A Igreja, que é o Reino de Deus em devir, não tem outra missão...

Agora, é bem certo que, se resolvido o problema religioso autenticamente, os outros problemas fundamentais do homem ficarão postos no melhor caminho de solução. Ainda assim não dispensarão nem estudo nem esforço. Sobretudo não invertamos prioridades, pois de contrário podemos encontrar-nos na confusão ou mistura de géneros daquele visitante da Exposição Universal de Bruxelas que, depois de visitar o esplendoroso e propagandístico pavilhão soviético, escreveu no livro de visitantes: — Depois disto, para quê Cristo?!

É fora de dúvida que nem a colossal construção comunista nem a mais ampla construção capitalista precisam de invocar o nome de Cristo ou de ser-Lhe atribuídas. Alguém diria justamente que o nome de Cristo será bem mais preciso para que essas grandes construções não destruíssem o

Homem e não se venham finalmente a destruir mutuamente... «(...) Se houvésemos de julgar e condenar, à luz do Evangelho, o capitalismo e o marxismo (não tanto pelo que são e têm, mas pelo que não são e lhes falta) deveríamos pôr em essencial sumário de culpas aquilo exactamente que lhes é comum: o seu materialismo de fundo, a busca da realização do Homem nas coisas e apenas pelas coisas, na matéria, no *homo faber* no homem produtor, na produção e construção. Construção capitalista, construção socialista: qual maior, qual melhor, qual mais colossal, qual menos humana?!

Pergunta bem mais útil, mais actual e dramática: qual das duas, a capitalista ou a socialista, será a que primeiro e mais eficazmente destruirá a outra? Mas aqui vem nova pergunta, que soaria já a certeza: destruindo a outra, no apocalipse atómico, que restará dela própria? E da Humanidade? E da civilização?...

É aqui que o cristianismo se insere no nosso tempo, numa história e numa cultura, que deve reconhecer como suas, embora as experimente emancipadas e alienadas, à rebeldia. daquelas perguntas nasce o estado de alma do homem actual. Esse estado de alma pode resumir-se numa palavra: *o medo*. Concretamente e em grande perspectiva histórica, *medo da liberdade* e medo de ser (acima de tudo, do ser-homem).

Medo da liberdade: e isto nos dois extremos e por forma contrária. Sob este aspecto poderíamos falar da «angústia cósmica», que hoje podemos bem transferir para a sociedade hipertrofiada, para o novo Leviatã do gigantismo burocrático. E aí veríamos a dupla face do medo cósmico: o medo de conduzir essa máquina sob os imperativos da consciência, e do



outro lado, o medo de ser esmagado por essa máquina inconsciente. Mas, traduzindo esse medo, essa angústia cósmica, em linguagem caseira e na nossa actualidade cotieira, poderíamos falar simplesmente da *angústia do televisor*: medo dos que, desde o 25 de Abril, não podem olhar a pequena pantalha, por ver nela a liberdade do povo (mesmo quando esta ainda era autêntica e inocente) e medo dos outros, dos que na mesma pantalha arreganham os dentes e esganiçam a voz, para aterrorizar os ouvintes espectadores e mais propriamente para espantar os «medos» que vagueiam na sua própria noite cósmica. Raiva é hidrofobia — medo da água, medo dos «medos» da própria consciência, medo da liberdade interior... (...)»

## UMA ESTRATÉGIA

**P. — Se a Igreja for forçada, pelas contingências políticas, a perder o seu papel tradicional na evangelização e catequização — e, por conseguinte, todos os seus privilégios, concordatários ou não — que estratégia resta aos crentes como tal?**

**R. —** A Igreja já declarou muito pública e solenemente que não precisa de privilégios e que a eles renuncia a bem da sua liberdade de evangelização. Não vou lembrar-lhe o Concílio e outras declarações responsáveis. Tudo considerado, desejaria eu acima de tudo que, fosse qual fosse o regime sob que a Igreja tivesse que viver,

sempre ela pudesse dar e dar-se a aquele testemunho que ouvi dos lábios do Cardeal Woytyła: — Na Polónia, sempre que nós (a Igreja hierárquica) falamos é a voz da liberdade, da verdade, da dignidade pessoal e da honra tradicional, do



direito e da história polaca, é essa voz que o povo ouve; quando os outros falam, são... os outros.

Essa devia ser a estratégia que eu gostaria de ver adoptada sinceramente por todos os crentes, em Portugal!...

## OS TRABALHADORES E A IGREJA

**P. — Os trabalhadores proletários, os explorados, os rurais, os pescadores, os jovens que poderão esperar desta Igreja que se quer em movimento e ao serviço dos pobres?**

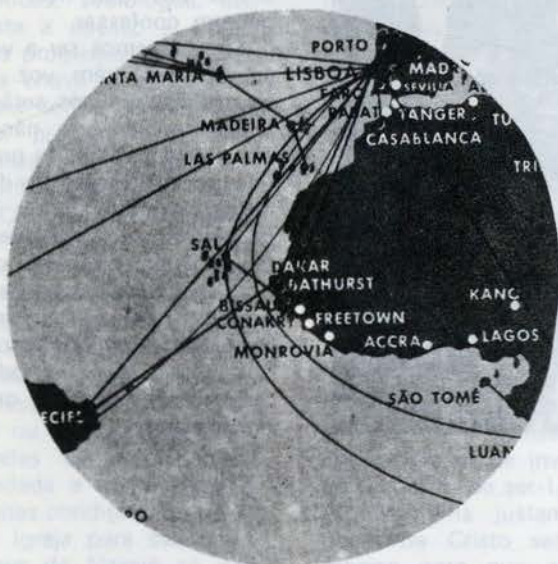
**R. —** Sim senhor, o Evangelho foi a Boa Nova anunciada aos pobres. Mas não vale esquecer que os pobres somos nós todos, em vários sentidos e conforme a variedade dos tempos.

Sim, como padres e bispos, devemos fazer a opção pelos pobres, mas por *todos* os pobres; não apenas pelos pobres úteis, por aqueles que podem ser manipulados e instrumentalizados para causas e fins que nem sempre se querem confessar.

Sim, devemos ser a voz daqueles que não têm voz. Mas será que hoje entre nós serão os operários aqueles que não têm voz — e carranca! — nas praças e nos televisores? Continuo a dizer, como desde há muito, que a Igreja tem de estar com a Verdade e a Justiça, não por opção de classe mas por opção pela pessoa humana, a favor dos mais pobres e dos mais sem-voz, dos explorados e dos humilhados de todo e cada tempo, não dos de ontem mas dos de hoje...



# PORTUGAL E O MUNDO



## CONVERSÇÕES COM A C. E. E.

As negociações entre Portugal e a C.E.E. beneficiaram de um importante — e talvez decisivo — impulso, com a visita oficial a Lisboa, a convite do Governo português, do presidente da Comissão das Comunidades Europeias, François Xavier Ortoli.

As principais dificuldades que têm impedido a concretização dos acordos com aquela organização relacionam-se — mais do que com o plano de auxílio financeiro — com os aspectos comerciais e com as dificuldades que produtos tradicionais nas exportações portuguesas conhecem em mercados europeus (caso do vinho, têxteis e concentrados de tomate). A saturação dos mercados destes produtos e os interesses de vários países membros da Comunidade parecem dificultar a obtenção das vantagens que seriam desejáveis para Portugal neste momento.

Todavia, o factor de se deslocar a Portugal o presidente da Comunidade dá uma ideia plena do empenhamento desta em que se consiga avançar nas conversações, eliminando as presentes dificuldades. Por outro lado, os contactos estabelecidos por Xavier Ortoli com o presidente da República, primeiro-ministro e as conversações com diversos membros do Governo e organizações portuguesas, nomeadamente a C.I.P. (Confederação da Indústria Portuguesa) e representantes dos Sindicatos, confirmam o interesse da Europa pelos problemas que no momento se opõem ao arranque da nossa vida económica.



Significativo também foi o acolhimento prestado a Ortolí, a avaliar pelo teor das saudações ao representante da Europa económica, com destaque para o primeiro-ministro, almirante Pinheiro de Azevedo. Com efeito, o discurso que proferiu no jantar de homenagem a Ortolí caracterizou-se pelo desejo de aproximação e integração do nosso país no contexto europeu. Disse a certo passo Pinheiro de Azevedo:

*"Encontramo-nos actualmente empenhados em negociações na base do acordo de 1972, e da sua cláusula evolutiva. Essas negociações dizem respeito a questões de âmbito comercial, às condições de vida e de trabalho dos nossos emigrantes, à cooperação industrial e tecnológica e à cooperação financeira.*

*Trata-se de matérias muito diversas, pela sua natureza, pelo seu alcance, pelas dificuldades que suscitam e pelas incidências que têm sobre muitos sectores da actividade económica em Portugal e, reconhecemo-lo de bom grado na Comunidade.*

*Mas uma coisa é certa: o simples facto de tais negociações estarem a ser realizadas na base de uma convergência de vontades políticas já claramente afirmadas, reclama que a mesma convergência se manifeste ao nível dos resultados. E esses resultados terão de ser imediatamente perceptíveis pelos próprios cidadãos que sendo dos mais directamente interessados serão também, em última instância, os seus juizes.*

*Contudo, acreditamos que a vontade política, combinada com a imaginação dos negociadores, saberão ultrapassar muitos obstáculos e que o espírito do Luxemburgo continuará a presidir ao seguimento e à conclusão das negociações abertas em 13 de Fevereiro em Bruxelas".*

A concretização da ajuda financeira a Portugal no valor de 200 milhões de dólares e o alargamento do acordo comercial com a C.E.E. a outros domínios foram os principais pontos focados nas diversas reuniões do presidente das Comunidades Europeias com os membros do Governo português.



François Xavier Ortolí com o Presidente da República, general Costa Gomes

Quanto ao primeiro dos pontos, o auxílio de emergência prometido pela C.E.E. a Portugal, Xavier Ortolí afirmou, em conferência de imprensa antes de partir para Bruxelas:

*"Compreendemos que Portugal, uma vez empenhado na via democrática, queira igualmente operar a sua reconstrução económica. É esta a razão pela qual, e em paralelo com as negociações de carácter económico geral, decidimos concretizar rapidamente uma ajuda financeira de 200 milhões de dólares, que começou a ser discutida em Outubro passado e que agora se vai tornar operacional muito rapidamente.*

Com respeito ao segundo ponto, o alargamento do âmbito do acordo comercial existente entre a C.E.E. e Portugal desde 1972, soube-se que os domínios da cooperação industrial e tecnológica podem vir a ser incluídos no convénio. O presidente da Comissão das Comunidades Europeias adiantou:

*"Esse acordo era de índole puramente comercial, mas inseria uma cláusula evolutiva a ser negociada em tempo oportuno. Uma vez que Portugal mudou de regime e está lançado num processo de democratização das suas instituições, o Mercado Comum entende ser chegada a altura de se proceder ao seu alargamento a outros domínios".*

O comunicado conjunto referente às conversações é elucidativo do interesse posto nos problemas tratados. Dele destacamos:

*"(...) Durante as conversações foi profundamente discutido o estado das relações entre Portugal e a Comunidade. A vontade de estreitar os laços entre Portugal e a Comunidade, bem como a solidariedade da Comunidade com o processo democrático português, foram reafirmadas. Neste contexto, as perspectivas da evolução das negociações abertas em 13 de Fevereiro último em Bruxelas, foram examinadas.*

Como se recordará, essas negociações dizem respeito, por um lado, ao domínio comercial coberto pelo acordo assinado, em 1972, e, por outro lado, ao estabelecimento, com base na cláusula evolutiva do referido acordo de cooperação nos domínios da mão-de-obra e da segurança social, nos domínios industrial e tecnológico e, bem assim, de uma cooperação financeira. Esta cooperação financeira concretizar-se-á num protocolo financeiro que dará continuidade à ajuda excepcional de urgência de 180 milhões de unidades de conta que foi posta à disposição de Portugal pela Comunidade, no decorrer de uma reunião realizada a nível ministerial, entre a Comunidade e Portugal, em 7 de Outubro de 1975, no Luxemburgo.

No decurso das conversações e contactos acima mencionados, o presidente da Comissão das Comunidades Europeias e os membros do Governo português, reconheceram a importância das actuais negociações. Reconheceram, igualmente, a necessidade de que tais negociações progredam rapidamente e de buscar soluções satisfatórias para os diversos sectores que nelas estão em causa. (...)"



# J. SAUVAGNARGUES EM LISBOA

## — PORTUGAL MAIS PERTO DA EUROPA

Confirmando a expectativa criada com a recente visita a Portugal do secretário de Estado francês da Emigração, deslocou-se a Lisboa Jean Sauvagnarques, ministro francês dos Negócios Estrangeiros, para uma visita oficial de três dias, a convite do seu homólogo português, major Melo Antunes.

Sauvagnarques foi recebido em Lisboa pelo presidente da República e pelo primeiro-ministro, tendo mantido conversações com diversos membros do Governo português com vista a melhorar as condições de aplicação dos vários acordos existentes entre os dois países — especialmente no sector da emigração. A importância deste problema foi salientada pelo ministro francês, que afirmou durante a sua visita:

*"Em França, vivem mais de 800 mil dos vossos compatriotas, o equivalente a uma grande cidade. Gostava de prestar aqui homenagem à coragem e seriedade dos numerosos trabalhadores portugueses que residem no meu país, mas queria também garantir-vos que o Governo francês se preocupa activamente com a melhoria das suas condições de vida. É esse, como sabeis, o objectivo das negociações que vão iniciar-se e que foram preparadas durante a recente visita de Paul Digoud."*

Jean Sauvagnarques reuniu também os jornalistas para uma troca de impressões sobre a sua visita e sobre as relações entre o nosso país e a França, tendo manifestado a sua alegria por se encontrar em Portugal "país tradicionalmente ligado à França por laços de amizade muito sólidos e reforçados pela presença de grande número de portugueses no seu país". E acrescentou:

*"Os laços entre a França e Portugal tornaram-se mais fortes depois do presidente da República, general Costa Gomes, ter reservado ao meu país a sua primeira visita oficial ao estrangeiro. E penso que serão agora mais reforçados, pela visita que tenho a honra e prazer de fazer ao meu colega português, que tive já a alegria de receber em Paris, por diversas vezes. Penso que estes contactos serão muito proveitosos e positivos, marcados pela vontade das duas partes de uma maior cooperação entre a França e Portugal, no interesse dos nossos dois países e no interesse da paz no mundo."*

Durante o jantar oferecido em honra de Sauvagnarques, após um encontro privado entre os ministros no Palácio das Necessidades, o major Melo Antunes proferiu uma alocução de boas-vindas ao seu homólogo francês, na qual abordou diversas questões respeitantes à política externa dos dois países.

Tendo começado por salientar os laços culturais que unem Portugal e a França, o ministro dos Negócios Estrangeiros referiu depois alguns aspectos da inserção geográfica portuguesa, quer no espaço mediterrânico, quer no bloco europeu:

*"Nós sabemos", afirmou Melo Antunes, "do interesse que a França dedica aos problemas da bacia mediterrânica.*

*Pensamos, e até já o dissemos, que essa mesma região da baía do Mediterrâneo tem condições para poder vir a desempenhar uma acção muito importante no diálogo da Europa industrializada e da África, tanto o subdesenvolvimento como o em vias de desenvolvimento.*

*O Mediterrâneo poderá tornar-se o local de articulação, de ligação entre esses dois espaços, que têm profundas distorções nas suas respectivas formas de desenvolvimento.*

*É por isso que o tal espaço mediterrânico se reveste, actualmente, de uma extrema importância estratégica e política.*

*Mas, para além desse espaço que nos aproxima, estamos igualmente inseridos num outro espaço geopolítico, geoestratégico e até, geoeconómico de fundamental importância, o conjunto dos países da Europa Ocidental.*

*Em primeiro lugar, Portugal e a França fazem parte da aliança política estabelecida pelo Pacto do Atlântico.*

*Os mais altos responsáveis pela política portuguesa entre eles eu próprio, tiveram diversas vezes oportunidade de afirmar que nunca o Governo português, através de todas as transformações, por vezes bem difíceis e delicadas, do nosso processo de democratização, pôs em causa a sua integração na N. A. T. O."*

No capítulo da C. E. E., foi referido o facto de Portugal não pertencer à Comunidade "principalmente pelo seu baixo nível de desenvolvimento", propondo-se, no entanto, a intensificação dos contactos com a Europa dos Nove:

*"Com efeito, cerca de 80 por cento do nosso comércio externo é feito com os países do Mercado Comum. Milhões de portugueses trabalham nos países da Comunidade. Estes factores determinam a prioridade das nossas relações económicas com a C. E. E."*

Em resposta a estas palavras de Melo Antunes, o ministro Jean Sauvagnarques começou por referir, em termos elogiosos, as conversações que teve, em Paris, com o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros português, aquando da visita de Costa Gomes a França. Seguidamente, evocou algumas passagens da História portuguesa, sobretudo no capítulo das descobertas, para comentar depois, em linhas gerais, a descolonização:

*"Iniciada em 25 de Abril de 1974, com uma coragem a que a comunidade internacional rendeu prontamente as suas homenagens, a obra de descolonização, que Portugal conduziu com determinação, não se desenvolveu por toda a parte sem que surgissem dificuldades, decepções, por*



*vezes até sofrimentos... Quando nós lembramos tudo isso, certamente estaremos de acordo em desejar que prevaleça o espírito de moderação, que cessem as intervenções estrangeiras, que se crie uma situação que contribua, como vós o desejais e como nós o desejamos, para a estabilização da África. Então não terei dúvidas de que a herança cultural que vós deixastes e a experiência, por vezes dolorosa, que adquiristes, estreitarão as vossas relações com os povos cujo apelo à liberdade vós ouvistes".*

O acordo de cooperação cultural, científico e técnico que existe entre Portugal e a França será reforçado por uma série de acções nos seguintes sectores:

1 — Um programa de cooperação cultural e técnica com as instâncias portuguesas mais diversas e, principalmente, nos sectores da economia, ciências sociais, informática, ecologia aplicada, pedagogia e administração escolar. O número de missões de universitários e de peritos franceses (uma centena) duplicou em relação a 1975 e são muito frequentemente dirigidas para a participação em programas de investigação nas Universidades portuguesas. A cooperação técnica estende-se ainda aos domínios da agricultura, da oceanografia, pescas, planificação e ordenamento do território.

2 — Bolsas de estudo (em 1976, 75 bolsas juntar-se-ão às 30 já existentes) e estágios técnicos (cerca de 200) são postos à disposição das autoridades portuguesas competentes. Do mesmo modo, a França convida personalidades portuguesas para se encontrarem com interlocutores da sua especialidade e por eles escolhidos.

3 — Oferta de livros e publicações às bibliotecas de meia centena de estabelecimentos (Universidades, Institutos



franceses, grandes Escolas).

4 — Difusão gratuita, por todo o país, de filmes franceses (mensalmente, são emprestados 180 filmes).

5 — Organização de exposições (exposições documentárias itinerantes, grandes manifestações de artes plásticas). Trocas bilaterais de programas de televisão.

6 — A importância do Liceu Charles Lepierre (com cerca de 2000 alunos) e do Instituto Francês demonstram o esforço desenvolvido pelo Governo francês para o alargamento dos laços culturais com Portugal.

Entretanto, no domínio das trocas económicas, há a salientar que, tradicionalmente, estes intercâmbios acarretam um "déficit" comercial para Portugal e um "déficit" de pagamentos para a França. Isto resulta do importante volume das importações portuguesas de produtos alimentares, assim como de produtos industriais muito sofisticados. Em 1975, segundo as estatísticas alfandegárias francesas, o montante das importações francesas provenientes de Portugal elevou-se para 650 milhões de francos e o das exportações

francesas para Portugal para 1749 milhões.

As importações portuguesas, por ordem decrescente, referem-se: máquinas e aparelhos mecânicos; metalurgia; automóveis e tractores; aparelhagem eléctrica; cereais. As exportações portuguesas incidem sobre pasta de papel; vinho do Porto (a França é o primeiro importador de vinhos do Porto e da Madeira); cortiça; bonés, barretes e artigos afins; aparelhagem eléctrica; produtos químicos.

Assim, a França é o quarto fornecedor de Portugal e o seu quinto cliente, enquanto Portugal é apenas o décimo-quarto cliente da França.

Contudo, este desequilíbrio comercial é largamente compensado por uma balança de pagamentos favorável a Portugal e deficitária para a França. Isto deve-se, essencialmente, às transferências económicas dos trabalhadores portugueses em França. Note-se, aliás, que, nos últimos meses, as exportações para a França aumentaram ligeiramente. As bolsas de cooperação técnica aumentaram em 1976 em relação ao ano de 1975.

Uma sociedade francesa (a Technip) está

a construir a refinaria de Sines. Foi a mesma empresa que realizou as extensões da refinaria da Sacor, no Porto.

Já depois de 25 de Abril, o grupo Pechiney-Ugine-Kuhlmann construiu, nos arredores de Lisboa, a fábrica de ferro-manganes da Eurominas, cuja produção é exportada para o estrangeiro.

À partida, Jean Sauvagnarques declarou que se sentia feliz por verificar, ao longo das conversações com o seu colega português, a proximidade e até a identidade de pontos de vista dos dois países relativamente à política internacional e considerou ter sido de grande importância para a França esta visita porque "ela afirma o interesse muito vivo e amigável nos termos no desenvolvimento de Portugal e na consolidação das instituições que o conduzem na vida democrática."

O chefe da diplomacia francesa confirmou, novamente, a próxima visita do presidente Giscard d'Estaing a Portugal, a convite do presidente Costa Gomes, embora não se tivesse precisado a data em que tal se realizará.



## VÍTOR ALVES NA JUGOSLÁVIA À PROCURA DE UM SISTEMA DE ENSINO

Analisar o sistema de gestão das escolas na Jugoslávia e a sua integração no quadro do sistema socialista, bem como os métodos utilizados no ensino audiovisual e as formas de cooperação entre a escola e as organizações sociais, foram alguns dos principais centros de interesse do ministro da Educação e Investigação Científica, major Vítor Alves, durante a visita oficial que fez àquele país, a convite do Governo de Belgrado.

O ministro português estudou também a estruturação do ensino básico jugoslavo e do ensino especial para crianças diminuídas. «Não fomos para trazer da Jugoslávia a solução para os nossos problemas, mas sim para ver as experiências jugoslavas» — afirmou Vítor Alves à chegada. E acrescentou:

«Como cada República dirige o seu próprio ensino, houve pois oportunidade de contactar pelo menos duas experiências e ter conhecimento de várias outras. Efectuámos diversas visitas e mantivemos contactos com as entidades ligadas ao ensino, e sobretudo verificámos que naquilo que estamos a fazer há caminhos muito semelhantes ao que já está feito na Jugoslávia.

«Houve vários aspectos que nos interessam observar, e sobretudo da educação permanente, pois as experiências que estamos lançando aqui já foram lançadas lá, algumas delas pelo menos. Portanto, podemos evitar alguns erros que os jugoslavos cometeram. Por outro lado, podemos aproveitar algumas experiências que sejam adaptáveis ao nosso país. Podíamos

também, e chegámos a essa conclusão, contribuir também para a Educação Permanente, em experiência na Jugoslávia. Este é um dos aspectos mais importantes que observámos. O outro foi o da Organização das Comunidades de interesses. É algo em que nos aprofundaremos logo que seja possível.

«As escolas, por exemplo, não

estão ligadas ao Estado. Existe uma autonomia da escola, mas através da Comunidade de interesses. Em cada escola de cada região, há os interesses dos professores, dos alunos e dos pais dos alunos, e se é uma escola profissional, existem também os interesses de diversas empresas, formando-se portanto, à volta de um polo desses, aquilo que se chama uma Comunidade. É esse grupo que dirige, que dá vida e faz funcionar a escola. É um sistema realmente muito interessante. Evidentemente que não é um sistema que se aplique em Portugal, como quem calça um sapato novo, mas é uma experiência a estudar. Até porque, no nosso país, espontaneamente surgiram algumas experiências semelhantes, ou pelo menos com alguma semelhança, como é o caso das associações de pais, os sindicatos de professores e outros tipos de associações que colaboram todos para uma determinada escola.»

A visita de Vítor Alves inseriu-se nos esquemas de cooperação previstos no quadro do acordo cultural luso-jugoslavo assinado quando da visita do Presidente da República, general Costa Gomes, àquele país socialista.



# EMPREGO

## — A O.C.D.E. DISPOSTA A AJUDAR

Tendo como principal objectivo a discussão dos problemas resultantes da situação crítica que prevalece actualmente em matéria de emprego na zona da O.C.D.E., o ministro do Trabalho, capitão Tomás Rosa, participou em Paris numa reunião daquele organismo.

Nesta importante reunião, os ministros do Trabalho dos países membros examinaram em particular as medidas mais adequadas para estimular o emprego e criar novos postos de trabalho em igualdade de possibilidades de acesso aos empregos por parte de grupos desfavorecidos, as migrações e a mobilidade de mão-de-obra nos países da O.C.D.E., e as medidas complementares que deverão ser tomadas para reintegrar os desempregados nos mercados de trabalho.

Dada a especial situação portuguesa neste domínio, a presença do ministro do Trabalho nesta reunião teve especial significado, pois que para além da troca de impressões com os seus colegas europeus sobre tão importante questão, tratava-se de encontrar soluções para o problema português.

*"A situação actual do emprego e as políticas que estão a ser adoptadas nos vários países membros foi tratada na reunião a que assisti. Na generalidade, apontou-se para uma política ofensiva, portanto uma política activa, mais de investimentos do que propriamente de subsídios"* — disse Tomás Rosa no regresso de Paris. Abordando com mais profundidade os assuntos tratados, declarou:

*"As perspectivas e políticas futuras de emprego marcaram lugar de honra nesta reunião. Poderei focar, muito rapidamente, os dois grandes aspectos e precisamente deste ponto de perspectivas futuras de emprego. Falou-se de medidas de estímulo, a criação de emprego de justiça social e emprego em articulação, acções positivas que devem acompanhar a manutenção dos rendimentos de pessoas sem emprego. Notei que a maioria dos países davam realmente uma certa prioridade ao problema do primeiro emprego e têm efectivamente algumas soluções para pessoas mais próximas da terceira idade, ou mesmo da terceira idade da ordem social."*

*"Outro aspecto foi a discussão do projecto de recomendação de política geral do emprego e da mão-*



*-de-obra. Esta recomendação virá a público brevemente. Pela primeira vez na O.C.D.E. se aponta para o pleno emprego."*

Acerca do acolhimento dado pelos participantes aos problemas do nosso país, Tomás Rosa declarou que *"a maior parte dos representantes dos países membros da O.C.D. E. estão, agora, com bastante esperança no futuro democrático de Portugal."* E acrescentou: *"Cabe-me aqui dizer, com toda a honestidade, que pela simpatia que vi em relação a Portugal, existe uma fraternidade para com os nossos problemas como se fossem os deles."*

Falando da sua intervenção no encontro, Tomás Rosa informou ter *"atacado um ponto de ordem geral, sobre a necessidade de se trabalhar na definição de uma estratégia de desenvolvimento apontada para o bem-estar das populações"*, propondo a criação de um grupo de trabalho *"para preparar o primeiro projecto de uma tal estratégia para os próximos anos."*

Segundo as próprias declarações de Tomás Rosa, a proposta de Portugal *"foi olhada com bastante apreço e realçada pelo ministro do Trabalho da França"* que presidiu à reunião.



# ACORDOS COM A ESPANHA

Dando prosseguimento às conclusões do importante encontro, na cidade da Guarda, entre Melo Antunes e o ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros, José Maria Areilza, estabeleceram-se nas últimas semanas vários contactos — a nível oficial e privado — que irão desenvolver muito significativamente as relações entre Portugal e a Espanha.

Assim, poucos dias depois do encontro da Guarda, deslocou-se a Lisboa uma missão económica espanhola formada por importadores de mármore e produtos de cerâmica, que negociou com fabricantes portugueses do sector.

O grupo de importadores visitou fábricas da zona do Porto, Aveiro e Coimbra, onde contactaram com fabricantes de louça sanitária e produtos de cerâmica da região. Em Pero Pinheiro visitaram também os principais centros de transformação de mármore.

Recorda-se, a propósito, que as importações espanholas em mármore bruto e serrado giram à volta das 80 mil toneladas e dos 500 milhões de pesetas, com crescente tendência para a importação de blocos de mármore com espessura inferior a 4 centímetros. Itália e Portugal participam com 95 por cento do total de mármore deste tipo importado pela Espanha em proporções de 43 por cento para Portugal e 52 para a Itália e com um valor de 30 por cento para Portugal e 65 para a Itália.

Os esforços portugueses estão concentrados agora não só em aumentar o número de quantidade exportada, mas sobretudo fazê-lo com uma maior valorização através de transformação. Neste campo e nos últimos trimestres já se conseguiram resultados positivos.

Noutro âmbito e a curto prazo, espera-se uma ampla participação portuguesa na Feira Internacional de Barcelona, a realizar nos primeiros dias de Junho. O Fundo de Fomento de Exportação está neste momento organizando a participação portuguesa.

Além disso, segundo notícias procedentes de Vigo, volta a falar-se das possibilidades de que brevemente se realize naquela cidade a reunião das Câmaras de Comércio Luso-Espanholas, reunião que fora suspensa há poucos meses.

Entretanto, foi já assinado um acordo entre a Sociedade Portuguesa de Navios Tanques (SOPONATA) e a Companhia Española de Petróleos (CEPSA), visando um aproveitamento mais racional das duas frotas petrolíferas, da qual resultará uma poupança de divisas da ordem dos 15 mil contos anuais.

A necessidade do acordo tem origem no actual subaproveitamento das capacidades de carga dos petroleiros portugueses. Embora o porto de Leixões, onde se procede à descarga das ramas, tenha sido dimensionado para navios até 135 mil toneladas, o facto é que não é possível aos petroleiros portugueses, embora só tenham 130 mil toneladas de capacidade de carga — acostarem aos terminais daquele porto, em

virtude das precárias condições de segurança impostas pelo assoreamento e agitação das águas.

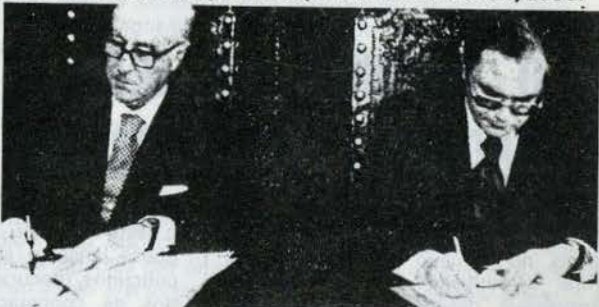
Assim, os quatro navios da SOPONATA só podem acostar em segurança com 120 mil toneladas de carga no máximo, o que representa um desaproveitamento de cerca de 10 por cento da sua capacidade total de transporte, dado, por outro lado, não haver mais nenhum porto em Portugal preparado para o efeito. Esta situação vigora desde Abril de 1973, data em que o primeiro navio da série entrou em serviço.

A fim de eliminar os inconvenientes desta situação, o acordo em causa prevê a utilização recíproca da capacidade dos navios das duas empresas, em regime de troca de tonelagem, para o transporte do petróleo bruto proveniente do Golfo Pérsico. Assim, os navios portugueses passarão a carregar as 130 mil toneladas para que estão preparados, mas deixarão 10 mil nos portos de Algeciras e Santa Cruz do Tenerife, eliminando parte do subaproveitamento da sua tonelagem, e permitindo simultaneamente a acostagem em Leixões com um mínimo de condições de segurança.

Em contrapartida, os navios espanhóis passarão a efectuar descargas em Leixões de 100 mil toneladas cada, somando o total delas o mesmo volume que o conjunto das descargas parciais efectuadas pelos navios portugueses.

Apesar dos encargos que tal situação trará à SOPONATA, tais como a elevação das taxas portuárias a pagar, os atrasos na viagem Golfo Pérsico-Leixões e o pagamento aos espanhóis do diferencial de transporte entre Algeciras ou Tenerife e Leixões, este acordo permite recuperar cerca de 70 por cento do actual subaproveitamento da capacidade dos navios portugueses. Além disso, o decréscimo nas importações de petróleo em relação ao que estava inicialmente previsto para o corrente ano, faz com que a frota portuguesa ("Marão", "Marofa", "Montemuro" e "Ortins Bettencourt", com 130 mil toneladas cada) seja excedentária em relação às necessidades de importação. Daí que o resultado do acordo se cifre não no aumento de carga transportada mas sim no decréscimo do número de viagens a efectuar pelos petroleiros.

Aparentemente, portanto, este acordo permite uma maior racionalidade no aproveitamento dos navios petroleiros portugueses, embora não influa na superação da crise que actualmente se verifica, a qual se estende a todos os países industrializados mas se faz sentir com particular violência nos países que, como Portugal, não podem definir uma política energética própria enquanto estiverem dependentes economicamente dos países capitalistas mais avançados.





# PORTUGAL NA N.A.T.O. — MEMBRO DE PLENO DIREITO

Considerada como muito importante nos meios políticos e militares ocidentais, a visita do general Ramalho Eanes à Bélgica e à Alemanha revestiu-se de um significado que confirma as previsões. Com efeito, a presença do chefe do Estado-Maior do Exército Português nos círculos da N.A.T.O. resultou — apesar de relativamente curta — num esforço muito significativo da posição de Portugal junto da Aliança Atlântica.

Ramalho Eanes visitou o quartel-general da N.A.T.O., e discutiu com o comandante-chefe desta organização na Europa, general Alexander Haig, os acontecimentos políticos em Portugal e vários problemas defrontados pela Aliança Atlântica.

Como se sabe, a evolução política em Portugal anterior a 25 de Novembro fez com que Portugal deixasse de ter acesso à estratégia ocidental. Este bloqueio foi erguido pela N.A.T.O., logo após a entrada no Governo português de um ministro do Partido Comunista. Mas hoje são os próprios funcionários da N.A.T.O. a reconhecer que "a situação portuguesa evoluiu muito melhor do que se poderia esperar".

Discursando em Mons durante um jantar que lhe foi oferecido pelo general Haig nas instalações do SHAPE, o chefe do Estado-Maior do Exército depois de fazer um balanço histórico do enquadramento do nosso país no Mundo, afirmou:

"É uma jornada que, começada sob o signo do planeamento henriquino acaba por esboroar-se em aventura e rotina alheadas da transformação política da sociedade contemporânea.

Regressa assim Portugal à Europa, continente que tem sido berço de renascimentos civilizacionais, em resposta a desafios históricos, desde as cidades gregas e a organização romana, aos Estados-nações e, agora, ao projecto de supernacionalidade.

Os portugueses vivem hoje uma ruptura histórica bastante mais complexa do que aquela por que já passaram outras potências europeias. Por isso, para

nós, o actual momento é uma aposta vital em que se joga o futuro cristalizado numa tábua de aspirações, abstractas e concretas, a legitimar por consenso eleitoral."

Depois de criticar a catastrófica direcção política que não permitiu evitar uma dura guerra colonial de 14 anos, Ramalho Eanes definiu historicamente o 25 de Abril, para afirmar seguidamente:

"Necessitamos agora de fazer um grande e persistente esforço colectivo, que não será isento de dificuldades, sacrifícios mesmo, e conflitos. Sobretudo conflitos interiores envolvendo forças diversas e íntimas obsessões. Algumas dessas forças mostram-se já apostadas numa redefinição política em seu favor e proveito. Estiveram um tanto próximas, pelo menos temporariamente, da consumação de tal objectivo, mas por precipitação, simplificaram o problema da sua previsível contenção ao desencadear os acontecimentos do 25 de Novembro, evitando-se assim qualquer afastamento, ainda que breve, do estilo de vida ocidental.

"Nós, os portugueses, buscamos agora fazer funcionar os mecanismos democráticos, criando novas instituições políticas, reformulando o nosso subsistema de valores e procurando atingir metas sociais modernas, nomeadamente no tocante à justiça e ao bem-estar. E pensamos fazê-lo dentro dos parâmetros da cultura europeia, sem para tanto deixarmos de servir de ponte entre a Europa, a África, a Ásia e as Américas, atando laços culturais por cima dos mares e fronteiras.

É assim natural — mas também imperativo — o nosso regresso à Europa e, consequentemente, à N.A.T.O., regresso real — que não apenas verbal. Fá-lo-emos com coerência, ensaiando o modelo democrático e com decisão, procurando cumprir com lealdade — e com sinceridade rigorosa — os nossos compromissos, se a N.A.T.O., para tanto, nos entender e proporcionar ajuda adequada."

## MELO ANTUNES NO IRÃO À CONQUISTA DO TERCEIRO MUNDO

As relações entre Portugal e os países do Terceiro Mundo parecem entrar definitivamente numa fase de progressivo desenvolvimento. Inicialmente virada quase em exclusivo para

o leste europeu, a diplomacia portuguesa lança-se agora para objectivos concretos, procurando, através de acordos de cooperação a vários níveis, solucionar problemas de exportação e

abastecimento nas melhores condições em ordem ao relançamento da economia nacional.

Com uma breve passagem por Atenas, o ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, deslocou-se recentemente ao Irão onde foi recebido pelo Xá e manteve conversações com o seu homólogo iraniano Kaalatbary, e outras individualidades.

Dado o lugar de destaque (4.º, depois dos EUA, URSS e Arábia Saudita) que o Irão ocupa entre os «grandes da produção petrolífera, natural era



pois a expectativa à volta da visita de Melo Antunes àquele país.

O resultado das conversações permitiu a Melo Antunes declarações optimistas à sua chegada a Lisboa, tendo começado por afirmar que a viagem foi «muito positiva no que respeita aos contactos estabelecidos com as principais entidades políticas iranianas, a começar pelo próprio imperador, com quem tive uma longa troca de impressões sobre vários problemas de política internacional e sobre as perspectivas das relações entre Portugal e o Irão, bem como com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde foram aprofundados alguns aspectos dessas

mesmas relações».

E acrescentou: «Esta missão ia com a incumbência, entre outras, de identificar campos possíveis de cooperação entre os dois países. Para nós isso é fundamental, dada a necessidade de diversificar as nossas relações económicas. E para o Irão há, também, interesse em encontrar com Portugal formas de cooperação aceitáveis.

«Em diversos campos, nomeadamente em tudo aquilo que diz respeito ao processo petrolífero, há possibilidades de aprofundar aspectos de interesse para os dois países. Portugal está neste momento, a construir uma grande refinaria, e há um grande complexo

petroquímico junto dessa mesma refinaria, pelo que é muito possível que venhamos a descobrir entre Portugal e o Irão possibilidades de cooperação. As formas e as modalidades que assumirá serão vistas com o tempo e à medida que se for aprofundando o diálogo».

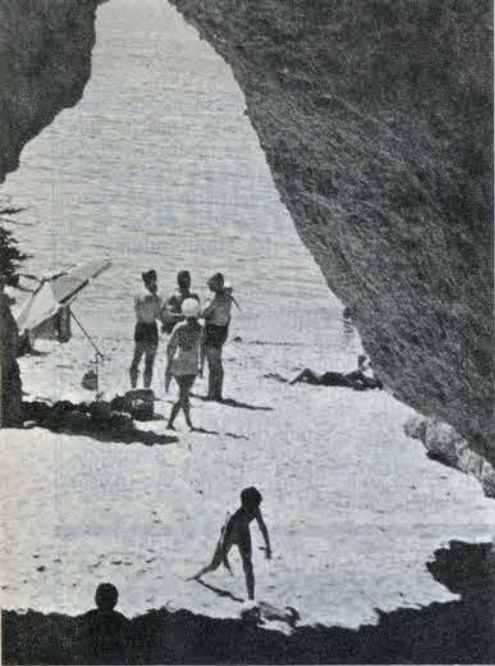
Sobre a sua rápida passagem pela Grécia, Melo Antunes referiu o encontro que teve com o seu homólogo grego, Dimitrios Bitsios, que durou cerca de duas horas, durante o qual foi feito «um balanço sobre a situação política», e foram debatidos problemas comuns aos dois países, problemas esses que dizem respeito aos países mediterrânicos.



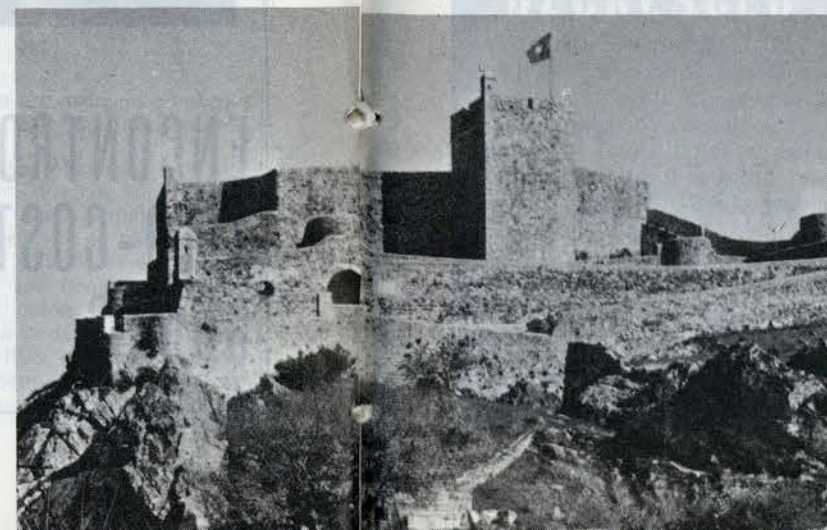
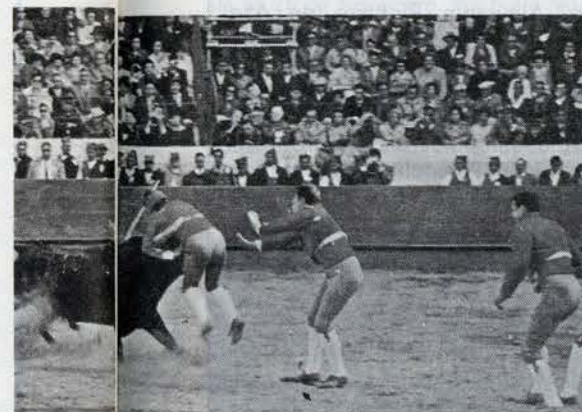
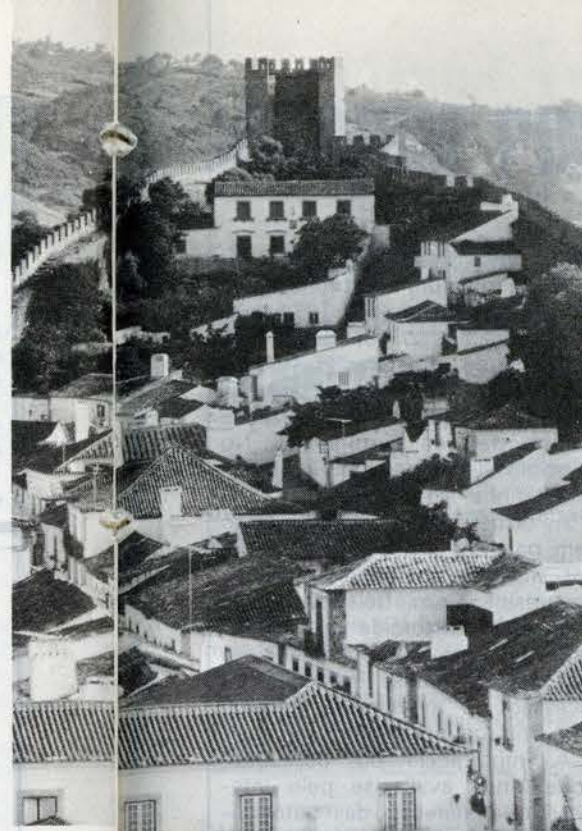
## ENCONTRO TITO-COSTA GOMES

*Rodeado de certa expectativa, o encontro entre o marechal Tito da Jugoslávia e o Presidente Costa Gomes no Algarve saldou-se pela manutenção da cordealidade nas relações existentes entre Portugal e aquele país socialista. Não sendo uma visita oficial (tratava-se da última etapa da digressão oficial do presidente jugoslavo pelo México, Panamá e Venezuela) e dado o pouco tempo de que dispunha (permaneceu no nosso País um total de 36 horas), a presença do marechal Tito não deixou no entanto de ter um significado de certo modo relevante para as relações entre os dois países, pelo facto de a Jugoslávia ser na prática o «leader» dos «não-alinhados», e Portugal um país pertencente à NATO. «Portanto — disse Melo Antunes a propósito da possível edentificação de pontos de vista entre a Jugoslávia e Portugal — à partida estamos em posições relativamente diferentes, mas o que é importante é que existe uma grande compreensão mútua pelas respectivas posições, e ambas as partes procuram cooperar para a obtenção de algumas das finalidades da política externa de todos os países que neste momento estão efectivamente interessados em garantir a paz e a segurança internacionais».*





# TURISMO EM PORTUGAL SUPERADA A CRISE?



O DA SILVA:

sector

para Portugal.  
Faltando a depois  
sencia em Berlin  
Boia Intarnacional  
dramas de estado  
factos com os principais operadores  
na nomeadamente com o maior  
aut. Interim do departamento  
portugueses pelo sector  
Lusitana e a Saldade do  
um grande programa para Portugal

Considerado no estrangeiro como o «barómetro» da situação político-social portuguesa, o nosso turismo terá sido um dos principais elementos geradores da degradação económica nacional no período pós 25 de Abril de 74, quer impedindo a entrada de divisas quer contribuindo em larga escala para o desencadear de conflitos laborais de vária ordem. Sobretudo na indústria hoteleira e alargando-se implacavelmente às actividades acessórias tradicionalmente desenvolvidas pelas populações dos locais que conhecem um afluxo regular de turistas em muitas épocas do ano (em alguns casos durante quase todo o ano), um vasto corolário de insucessos retirou-nos de uma posição quase privilegiada no mundo do turismo.

Por certo que as desfavoráveis condições gerais do mercado internacional foram coincidentes com as alterações políticas verificadas no nosso País.

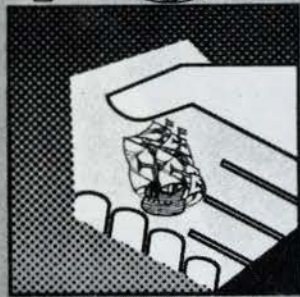
A situação dos países membros da O. C. D. E. foi caracterizada em 1974 por uma fraca actividade económica, uma procura também fraca, deterioração das balanças de pagamentos e por elevadas taxas de inflação. Estas consequências são devidas essencialmente a dois factores: sequelas da excessiva procura deixada formar em 1973 e a impressão provocada pela brusca e forte alta de preços do petróleo. A acção conjugada destes dois factores submetem as economias de alguns países a uma prova que talvez não tenha precedentes em período de paz.

Esta conjuntura internacional, aliada aos acontecimentos políticos verificados em alguns países e as medidas tomadas pelos Governos no domínio fiscal, monetário e de crédito para fazer face aos seus problemas económicos tanto no plano interno como externo, contribuíram para uma redução, de chegadas e de dormidas durante o ano de 1974, nos países membros da O. C. D. E.

As altas dos preços dos produtos petrolíferos desde os fins de 1973 e sobretudo durante 1974, teve como consequência um crescimento do custo das viagens privadas em automóvel e nas tarifas dos transportes turísticos, em particular nos aéreos. Estas altas de preços e as elevadas taxas de inflação que afectaram os custos dos serviços no sector do turismo, influenciaram desfavoravelmente a procura turística, sobretudo para as viagens ao estrangeiro.

As incertezas criadas pela conjuntura económica nacional e internacional e os seus efeitos psicológicos, bem como os factores políticos em certos países, particularmente nos mediterrânicos, principais receptores de turistas, tiveram repercussão nas decisões relativas a férias de Verão sobre os destinos escolhidos e sobre as despesas turísticas.





Lisboa-Portugal

Os esforços desenvolvidos pelas autoridades e departamentos responsáveis pelo sector, no sentido de regularizar a situação do nosso mercado de turismo, foram debal-des até há bem pouco tempo. Depois de 25 de Novembro e de certo modo mais estabilizada a situação política, várias acções se desenvolveram. Há que assinalar a visita do Ministro do Comércio Externo e Turismo, Jorge Campinos, à Alemanha Federal e à Suécia para tratar de problemas que se ligam com a nossa promoção turística, e a realização, em Lisboa, do 4.º Congresso Internacional de Turismo da IDA — «Internacional Division of ASTA».

Com realce, como é óbvio, para o Congresso da ASTA, tudo leva a crer que estas duas acções iniciaram o desbloqueamento da situação de crise em que nos encontramos.

No regresso da sua viagem, Jorge Campinos afirmou, optimista: «Na Suécia, o objectivo desta minha visita foi lançar o programa da Rezo para Portugal e ultimar todos os seus preparativos para o seu início. Esse programa sobre um mínimo de 40 mil turistas, isto é, seiscentas mil dormidas no nosso país, vai-se iniciar rapidamente. As perspectivas são boas, o contrato com a TAP foi assinado, é um contrato mínimo e muito importante. São oito voos semanais, para o Algarve e para Lisboa, e o custo eleva-se para a TAP a noventa mil contos, ou um pouco mais.

«As perspectivas para a TAP são óptimas, porque estão em estudo outros programas, que vão aumentar muito rapidamente o número de «charters» da Suécia

para Portugal.»

Referindo-se depois à sua presença em Berlim, onde assistiu à Bolsa Internacional do Turismo, disse ter estabelecido vários contactos com os principais operadores, nomeadamente com o maior operador mundial do turismo da Agência Tuêy, que vem visitar Lisboa e deseja também lançar um grande programa para Portugal 1977.

A ASTA (Associação Americana de Agentes de Viagens) é a maior organização do mundo do turismo, a nível empresarial, tendo como membros, Agentes de Viagens, Companhias Aéreas, Hotéis, Restaurantes, Rent-a-Car, Companhias de Caminho de Ferro, Organizações Estatais de Turismo, etc. Esta Associação organiza, todos os anos, o maior Congresso Mundial de Turismo, em países diferentes. Em 1975 este Congresso realizou-se no Rio de Janeiro, com 5470 delegados, 120 dos quais de Portugal.

A IDA (Divisão Internacional da ASTA) está espalhada por 110 países do Mundo, entre os quais Portugal, e reúne todas as Organizações ligadas ao turismo, quer a nível de empresas particulares, quer a nível de órgãos governamentais de Turismo.

O Congresso da Asta pode considerar-se uma vitória para Portugal e muito provavelmente o início da recuperação da crise do turismo no nosso País. Reunindo cerca de 500 congressistas representantes de 36 dos 110 países membros, incluindo representantes de organismos internacionais de turismo, de cadeias de hotéis e de empresas transportadoras internacionais, o Congresso debateu durante três dias estratégias internacionais no campo turístico, subordinadas aos temas «promoção de viagens para o continente americano», «captação de turistas para a Europa» e «estratégia e marketing do Atlântico Norte».

A candidatura portuguesa ao Congresso já datava de 1974, mas a autorização só foi dada pelo conselho de directores da «Asta» no final de Novembro do ano passado, devido à «estabilização política da vida portuguesa». No princípio de Novembro, a autorização tinha sido recusada.

As razões destas negativas estão bem patentes nas palavras de um dos maiores operadores italianos de turismo, Enzo, Bálamo: «Uma informação distorcida e exageradamente alarmista e tendenciosa tem sido a causa principal da recessão no movimento turístico para Portugal nos últimos tempos».

A importância do Congresso pode ainda avaliar-se pelo interesse que mereceu das autoridades portuguesas. O primeiro-ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo, discursou na sessão inaugural (alocução a que nos referimos noutra local), tendo também o ministro do Comércio Externo, prof. Jorge Campinos dissertado acerca da evolução política portuguesa desde Abril de 1974 até ao presente, e lançado ainda um apelo «a todos os amigos de Portugal» para que compreendam o que realmente se passa no nosso País, tendo afirmado: «O povo português não é violento e gosta e tem prazer em receber».

Saliente-se também que o Presidente Costa Gomes recebeu em audiência em Belém o presidente da ASTA, Robert McMullen, personalidade de grande reputação no mundo do turismo.

O Congresso foi presidido por Joaquim Pinto da Silva (da Paneuropa) presidente do Capítulo Português da ASTA e da Associação Portuguesa de Agentes de Viagens e Turismo. Dada a importância da sua acção neste certame, recolhemos em entrevista a sua opinião sobre vários assuntos relacionados com o turismo, e consequentemente sobre os trabalhos e resultados do Congresso a que presidiu.



# JOAQUIM PINTO DA SILVA:

## «a recuperação do sector passa necessariamente pela estabilização política e social»



**P. — Como define as principais causas do decréscimo do turismo em Portugal? Crê que existem outras razões para além da alteração política verificada em Abril de 74?**

**R. —** As causas do decréscimo do Turismo no nosso País são várias. É óbvio que a alteração política verificada em 1974 é uma das causas mas, o decréscimo tem razões mais vastas, na crise internacional, na crise do petróleo e nos problemas existentes nos países capitalistas e nos países social-democratas da Europa, exportadores tradicionais de turistas para Portugal. Como se sabe há forte incidência de desemprego nos Estados Unidos e na Europa o que, naturalmente, se faz sentir nas estatísticas do turismo.

Para além de tudo isto, acresce que aconteceu o 11 de Março, com toda a série de calamidades que se seguiram até ao 25 de Novembro. Por outro lado a Imprensa, a Rádio e a Televisão internacionais foram, francamente, desfavoráveis ao nosso processo revolucionário. Há países onde rebentam bombas quase todos os dias sem que isso seja assinalado nos «Mass-media» internacionais. Infelizmente, tudo o que aconteceu em Portugal foi, suficientemente, exagerado, com evidente prejuízo no sector do Turismo que é sempre o que mais sofre com a instabilidade política ou falta de segurança em qualquer país.

**P. — Que medidas-base recomendaria para uma rápida recuperação do sector?**

**R. —** A recuperação do sector passa, necessariamente, pela estabilidade política e social. O turista só gosta de visitar países onde sabe, de antemão, que vai encontrar além do sol, das praias e dos vinhos, um ambiente de tranquilidade no qual possa repousar sem ser incomodado por problemas locais.

Normalizada a situação política, o que esperamos venha a suceder após as próximas eleições para deputados para a Assembleia da República e das eleições para a Presidência da República, teremos de proceder a uma vasta campanha de informação dos «mass-media» internacionais com maior incidência nos jornais dos especialistas de turismo internacional. Para além disso, e contando com o forte apoio que virá dar ao sector o Operador Turístico Nacional, deverá proceder-se a várias campanhas de promoção nos principais países exportadores de turismo, com brigadas de técnicos de turismo que para o efeito se deslocarão de Portugal. Tudo isto ajudará a dinamizar os próprios Centros de Turismo de Portugal no Estrangeiro. Os fins de semana passados em países com forte incidência de emigração portuguesa, deverão ser aproveitados para contacto com os nossos emigrantes, procedendo-se à passagem de filmes turísticos, divulgação de cartazes e folhetos e

## A ENTRADA DE ESTRANGEIROS NO ANO DE 1975 DECRESCEU 25%

Quase dois milhões de turistas estrangeiros entraram em Portugal em 1975, contra os 2 milhões e 600 mil entrados em 1974, o que significa uma redução de 25 por cento. (Recorde-se que em 1973 entraram em Portugal 5 milhões e 200 mil estrangeiros). Os dados, fornecidos pelo Gabinete

de Estudos e Planeamento da Direcção-Geral do Turismo, com base em informações da Guarda Fiscal, referem as entradas de turistas estrangeiros em Portugal por mar (especificando os passageiros em trânsito e os passageiros desembarcados), terra e ar e indicam a origem dos

turistas entrados.

Por via aérea, entraram em Portugal, em 1975, 488 180 turistas, contra os 685 500 entrados em 1974 (redução de 26,5 por cento); por via marítima, em 1975, entraram 380 494 turistas, contra os 401 209 entrados em 1974 (redução de 5,2 por cento); e por via terrestre entraram, em 1975, 1 097 735 turistas, contra os 1 535 093 entrados em 1974 (redução de 28,5 por cento).

A Espanha continua a ser o país estrangeiro que mais turistas nos fornece: 856 366 em 1975 (1 169 352 em 1974, o que equivale a uma redução de 25,8 por cento).



apresentação de programas turísticos económicos que possam fazer com que o nosso emigrante venha a gozar, muito justamente, parte das suas férias, no Algarve, no Estoril, na Figueira, Espinho ou Póvoa de Varzim.

A participação nos Congressos Internacionais de turismo deverá ser alargada, de modo a marcarmos o lugar que nos compete no panorama turístico internacional.

**P. — Considera existirem neste momento razões para se poder encarar com optimismo essa recuperação?**

**R. —** Julgo que sim. Há uma grande boa vontade de todos os países da Europa Ocidental, dos Estados Unidos, Canadá, Brasil, etc., em relação ao nosso País. Eles não desconhecem que a forma mais rápida e eficiente de recuperação da nossa economia é o Turismo. Porquê? Temos os hotéis, as praias, os casinos, os vinhos, o peixe, os monumentos de um passado glorioso de história, prontos para receber todos quantos queiram vir visitar este belo País, com mais de 800 anos de História, rejuvenescido pela mudança política operada em 25 de Abril de 1974. Há uma enorme curiosidade em relação ao nosso País que deverá ser devidamente aproveitada em benefício do nosso Turismo. Temos portanto reunidas duas condições: boa vontade, curiosidade. Com a normalização da situação política que se espera, com a promoção que se vai seguir, poderemos, de novo, canalizar para Portugal as correntes turísticas que agora se desviam para outros países europeus.

**P. — Que significado atribui ao facto de se ter realizado em Portugal o Congresso da ASTA? Considera tal, à partida, uma vitória para o nosso turismo?**

**R. —** O Congresso ASTA/IDA, realizado de 25 a 29 de Fevereiro, passado, em Lisboa, teve o extraordinário mérito de chamar a atenção de todo o mundo turístico para Portugal. Em primeiro lugar convém esclarecer que a IDA é a Divisão Internacional da ASTA (American Society of Travel Agents) Sociedade Americana de Agentes de Viagens que é a maior Associação do mundo turístico. Pois esta Divisão Internacional da Asta conta com cerca de 4000 membros, todos Agentes de Viagens ou Operadores Turísticos, espalhados por 110 países do Mundo. Todos eles receberam, por quatro vezes, informações do Turismo em Portugal, folhetos de propaganda de todas as regiões turísticas do País, incluindo a Madeira e Açores. Dos Estados Unidos e Canadá vieram 150 Agentes de Viagens que se confessaram encantados com o nosso País e que afirmaram ir promover e vender o destino Portugal. Tudo o que verificaram contrasta de forma notável com o que a televisão e a imprensa dos Estados Unidos têm apresentado sobre o nosso País e afirmaram ir informar convenientemente os seus clientes. Foi difícil conseguir a concretização deste Congresso em Portugal pois, embora estivesse confirmado desde Fevereiro de 1974, a verdade é que a IDA pôs sérias reservas à realização deste Congresso devido à instabilidade política reinante durante o ano de 1975. Apesar de tudo, conseguimos no Congresso da ASTA no Rio, no final de Outubro de 1975, a reconfirmação para Lisboa depois de longa explicação do processo político português. Temos a registar com agrado o apoio recebido dos delegados da Itália e do Brasil que, nessa altura se puseram ao lado de Portugal.

Devido a esse atraso apenas registamos 500 participantes, quando se tivéssemos podido lançar a campanha promocional do Congresso mais cedo, facilmente, teríamos reunido 1000 participantes.

Por tudo o que acabamos de referir, o êxito verificado projectou o nosso turismo, de novo, para os mercados internacionais, pois convém referir que a grande Imprensa Internacional da especialidade esteve, largamente, representada durante todas as sessões realizadas. Foi uma vitória total, quer no acolhimento dispensado por todo o povo português, quer na organização propriamente dita, quer ainda nos resultados práticos obtidos. Foram feitos contratos para grupos a chegar a Cascais já em Outubro de 1976, além de outros para o Algarve.

Tivemos ainda pela primeira vez na história dos Congressos IDA, uma exposição de turismo, realizada no Hotel Ritz e que esteve aberta ao público. Numerosos países aí se fizeram representar para além do turismo português com todas as suas regiões turísticas e ainda empresas privadas.

Foi editado ainda um jornal diário, em inglês, que durante o Congresso foi distribuído a todos os Congressistas. Por todas estas realizações podemos afirmar que, sem qualquer dúvida, o Congresso constituiu um êxito para Portugal e para o Turismo Português.

**P. — Poderá fazer uma síntese dos principais pontos abordados e as conclusões mais relevantes deste Congresso?**

**R. —** Houve três temas que foram tratados durante as sessões de trabalho. O primeiro, que era sobretudo um tema de informação e conhecimento versou sobre o «Bi-Centenário da Revolução Americana» que se comemora este ano. Foi interessante para os Agentes de Viagens, fora dos Estados Unidos, tomar conhecimento de tudo o que foi feito para comemorar a grande revolução Americana, tudo integrado, claro, num plano de visitas turísticas para americanos e estrangeiros.

O segundo tema era a «Estratégia de Marketing do Atlântico Norte» que incluía toda a problemática das vendas ESTADOS UNIDOS E CANADÁ/EUROPA e vice-versa. Foi um tema discutidíssimo até porque do painel faziam parte além de Agentes de Viagens e Jornalistas, várias Companhias Aéreas. Foram devidamente analisadas todas as possibilidades de viajar, economicamente, em grupo, de qualquer ponto da América do Norte para a Europa e especialmente Portugal, como é óbvio.

O terceiro tema, «VIAGENS PARA A EUROPA» foi a oportunidade magnífica de mostrar a todos os Agentes de Viagens Norte-Americanos as possibilidades turísticas que o Velho Continente tem para oferecer. Portugal marcou aqui uma posição de relevo por intermédio do Director do Centro de Turismo de Portugal em New York, Nuno Mendes de Almeida, que exaltou as potencialidades turísticas do nosso País em todos os seus aspectos.

**P. — Em termos objectivos, quais os resultados práticos, para Portugal, a extrair deste Congresso?**

**R. —** Os resultados práticos e que já atrás referimos traduziram-se pela assinatura de vários contratos já para o Outono de 1976. Infelizmente, os resultados não podem ser a prazo imediato pois, como sabe, em turismo tudo costuma ser planeado com um ano de antecedência, pelo menos. O termos conseguido contratos, já para Outubro, representa uma enorme boa vontade do comprador, para além da surpresa agradável que ele teve ao verificar que Lisboa continua bonita, calma, e que os seus clientes lhe agradecerão mais tarde o ter-lhes sugerido esta bela capital da Europa para as suas férias.



# O GOVERNO ATRIBUI AO TURISMO UM ALTO GRAU DE PRIORIDADE

— afirmou o Primeiro-Ministro no decurso da sessão de abertura do 4.º Congresso da ASTA-IDA



A presença do almirante Pinheiro de Azevedo na sessão inaugural do 4.º Congresso da ASTA/IDA foi elucidativa do interesse demonstrado pelo actual Governo na recuperação da indústria do Turismo em Portugal. Na sua alocução, Pinheiro de Azevedo referiu a certo passo:

«(...) Houve, na planificação do nosso desenvolvimento turístico, uma preocupação que o actual Governo reforça: a de preservar a qualidade da paisagem, não deixando sobrecarregar os espaços físicos com construções adulterantes do que de intrínseco há na paisagem e na arte de viver em Portugal.

Pretendemos fazer um turismo em que os turistas sintam o específico das nossas terras e das nossas gentes e enquadrado numa paisagem genuína.

É por isso que mesmo nos meses de maior afluência turística de nacionais e de estrangeiros é ainda possível encontrar, não longe dos centros urbanos, praias pouco menos do que desertas. A poluição ainda não faz férias em Portugal. Esse é um dos nossos tesouros.

Mas porque dispomos de equipamentos turísticos já em funcionamento e muitos em construção e sabemos ser esta uma das actividades que pode ser relançada desde já, o Governo atribui ao turismo um alto grau de prioridade nas suas opções de desenvolvimento.

Neste sentido, foi feito um esforço orçamental que permitirá em 1976 reforçar em 30% as despesas de promoção turística a realizar pelos órgãos oficiais do turismo no estrangeiro.

Nesta mesma linha o Governo criou o Instituto de Estado para o Fomento do Turismo cuja função primacial é incen-



tivar o desenvolvimento das empresas turísticas, colaborando activamente na definição de uma política de crédito adaptada à situação conjuntural e estrutural do sector, caber-lhe-á também a promoção; em articulação com o sistema bancário, de inventariação das necessidades financeiras, de forma a que o apoio creditício se processe com oportunidade e a nível quantitativo adequado. Competirá ainda a este Instituto a gestão das participações financeiras do Estado neste sector.

Criaram-se assim condições favoráveis a que a iniciativa privada ligada a este sector encontre meios para se desenvolver, tendo sempre em atenção a defesa das grandes linhas defendidas pelo Governo e enorme volume de mão-de-obra que essa iniciativa exige.

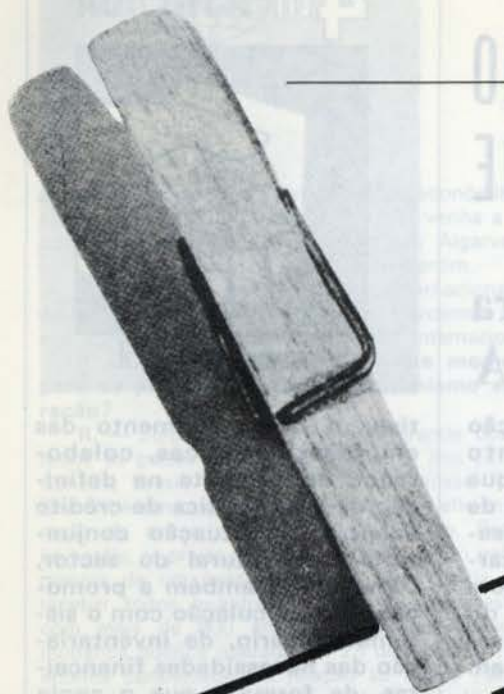
Foi por ter reconhecido a importância da iniciativa privada neste domínio, dadas as suas características específicas, que o VI Governo expressamente decidiu a não nacionalização deste sector.

Paralelamente ao esforço do investimento a realizar pelas empresas privadas, também o Estado intervirá no sector, quer directamente, quer indirectamente, através da prestação de garantias aos investimentos estrangeiros.

Esta a panorâmica geral da política do meu Governo em matéria de turismo que julguei oportuno referir aqui.

Não é pois sem razão que atribuo tão significativa importância à realização deste congresso ASTA no meu País (...)





## NOTÍCIAS DA EMIGRAÇÃO


### ACORDO DE EMIGRAÇÃO ENTRE PORTUGAL E A FRANÇA

Portugal e a França prosseguem o estudo dos problemas relacionados com a negociação de um novo acordo de emigração. Delegações dos serviços competentes dos dois países têm estabelecido contactos, prevenindo-se para breve a conclusão dos trabalhos e a assinatura do acordo.

A abertura de negociações, foi precedida de contactos preparatórios entre os dois países, que se concretizaram numa reunião em Paris, em Agosto de 1975, e numa

outra em Lisboa, aquando da visita oficial do secretário de Estado da Emigração Paul Dijoud e das conversações havidas entre este e o Dr. Rui Machete, que à data desempenhava o cargo de secretário de Estado da Emigração.

Também como fase preparatória das negociações, realizou-se uma ampla consulta aos emigrantes portugueses em França. Para o efeito, as delegações da Secretaria de Estado da Emigração naquele país

A small, square, black and white portrait of a man with short hair, wearing a suit and tie. He is looking slightly to the right of the camera.

organizaram ao longo da segunda metade de 1975 diversas reuniões com as associações portuguesas e solicitaram sugestões das mesmas com o apoio de textos-base para o efeito difundidos.

Em Fevereiro último, o actual secretário de Estado da Emigração, Sérvulo Correia, levou a cabo, por seu turno, reuniões em Paris com os representantes locais do Partido Socialista, Partido Popular Democrático e Partido Comunista português, com as principais organizações sindicais francesas que representam os trabalhadores portugueses em França e com as associações portuguesas neste país. No decurso de tais reuniões foram recolhidos os pontos de vista e as sugestões das entidades consultadas.

O acordo terá por objectivo melhorar as condições de vida e de trabalho dos portugueses em França, pretendendo-se que venha a regular matérias como o regime de trabalho e de estadia, o reagrupamento familiar, a formação profissional, certos direitos sociais não cobertos pela Convenção de Segurança Social em vigor e seus textos complementares, direitos culturais, animação sócio-cultural e trabalho sazonal.

Esta iniciativa conjunta franco-portuguesa traduz uma nova forma de cooperação que se espera se virá a caracterizar pelos seus imediatos reflexos no modo de vida de muitos trabalhadores portugueses e de suas famílias e pelo reforço dos laços sociais e culturais entre os dois povos.



# Emigração portuguesa para o Irão

## Nota oficiosa da SEE

**Problemas surgidos no cumprimento das obrigações contratuais, com os trabalhadores portugueses recentemente emigrados para o Irão, levaram a Secretaria de Estado da Emigração a intervir, quer no sentido da defesa dos interesses dos trabalhadores, quer no esclarecimento correcto da situação criada, dado terem sido publicadas em alguns órgãos da Imprensa notícias menos correctas sobre o assunto. Muito embora a evolução dos acontecimentos permita dizer que se encontra já praticamente resolvido, favoravelmente, o problema, arquivamos a nota oficiosa da SEE, divulgada em 24 de Março passado:**

1 — A pedido de duas firmas iranianas, cujos representantes, depois dos contactos necessários, estiveram em Portugal, foram recrutados em cooperação com os Serviços de emprego, 1016 trabalhadores, dos quais, em consequência das faltas e desistências que se verificaram no decorrer das operações, apenas 600 vieram a ser apurados para o embarque. O total pedido pelas firmas foi de 799.

O continente recrutado que abrangeu elevado número de retornados das ex-colónias era composto por motoristas de pesados, na sua grande maioria, por mecânicos, bate-chapas, gruistas, empilhadores, intérpretes e cozinheiros.

2 — Dos 600 trabalhadores apurados já partiram 443, encontrando-se suspensa a partida dos restantes.

3 — Até esta data, regressaram do Irão, conforme informações em poder desta Secretaria de Estado, 31 trabalhadores, dos quais, os primeiros 11 tiveram uma estada naquele país de pouco mais de 48 horas. Destes 11 trabalhadores, 8 logo solicitaram para regressar ao Irão.

4 — Relativamente às condições contratuais, esclarece-se que os salários mínimos oferecidos não são inferiores aos de que beneficiam os demais trabalhadores estrangeiros que são contratados para trabalhar no



Irão no mesmo trabalho e na mesma categoria profissional. Esta informação foi fornecida pela Embaixada em Teerão, para o efeito consultada, em confirmação da que foi prestada por um funcionário dos Serviços de Trabalho do Irão que esteve em Portugal acompanhando os representantes das firmas.

5 — Logo que esta Secretaria de Estado foi informada pela Embaixada de que, dos trabalhadores chegados no primeiro avião, os 11 indicados em 3, pretendiam regressar a Portugal, antecipou a sua partida para o Irão um inspector que deveria seguir com o segundo grupo.

6 — O citado inspector que visitou os trabalhadores quer em Teerão, quer em Khorramshahr, relatou as queixas justificadas dos trabalhadores, quanto aos alojamentos e à alimentação, procurando no que contou com a aquiescência da empresa, melhorar a situação, o que conseguiu em grande parte não só pela transferência de alguns trabalhadores para outros locais como melhorando a alimentação, que passou a ser confeccionada por trabalhadores portugueses, enquanto se aguardava a chegada dos cozinheiros.

7 — As empresas contratantes encontram-se numa fase de expansão, tendo recorrido a hotéis para alojar os trabalhadores, enquanto aguar-

davam se concluísse a construção dos alojamentos para o efeito programados.

O facto foi transmitido pelo inspector referido, motivo por que a Secretaria de Estado, depois do seu regresso, resolveu suspender os embarques até que as construções referidas estivessem em condições de receber os trabalhadores — do que as firmas vieram a informar no final de Fevereiro.

8 — Imediatamente antes da partida dos voos programados, partiu para o Irão um outro inspector desta Secretaria de Estado.



9 — Em face das informações recebidas através da embaixada relatando queixas dos trabalhadores sobre o comportamento das firmas relativamente às disposições contratuais, foi decidido cancelar a partida do último avião.

10 — O representante da empresa, acompanhado de um engenheiro português, ao serviço da mesma, partiu para o Irão a fim de regular os problemas surgidos.

Um inspector da Secretaria de Estado encontra-se presentemente naquele país a fim de acompanhar

os trabalhadores e procurar obter a melhor solução dos problemas que apresentam.

Esta Secretaria de Estado segue com a maior atenção os resultados destas providências.

11 — A tentativa de emigração para o Irão corresponde a uma acção para um país com o qual não existem tradições emigratórias que propiciem uma normal adaptação dos nossos trabalhadores, mas que se considera susceptível de vir a oferecer, num futuro próximo, possibilidades vantajosas.

Desta maneira, enquanto se considerar ser possível vir a resolver as dificuldades surgidas, no que as firmas contratantes prometeram empenhar-se — aguardam-se os resultados das providências tomadas —, esta Secretaria de Estado entende que as informações inseridas em notícias menos correctas por não suficientemente informadas, sobremodo generalizadas, só poderão prejudicar a eventualidade de acções futuras, com as quais se buscará, como é evidente, o interesse e a dignidade do emigrante, a ajuda a uma solução dos nossos problemas de emprego e as boas relações entre os dois países.

## O Secretário de Estado da Emigração na R. F. A.



A fim de tomar conhecimento dos problemas dos emigrantes que possam ser objecto de uma actuação quer do aparelho de Estado português através dos consulados e das delegações da Secretaria de Estado da Emigração, quer através de uma acção conjunta dos Governos dos dois países, o dr. Sérvulo Correia deslocou-se à República Federal da Alemanha onde teve contactos com os responsáveis do Ministério do Trabalho e elementos da central sindical daquele país.

A partida para a RFA o dr. Sérvulo Correia afirmou que o Governo português já manifestou o desejo de negociar um novo acordo de emigração com aquele país, aguardando para o efeito uma resposta dos dirigentes de Bona. Outro dos pontos debatidos nesta reunião foi o desem-

prego entre os trabalhadores emigrantes portugueses, salientando no entanto o Secretário de Estado que «a taxa de desemprego dos trabalhadores portugueses é inferior às taxas de desemprego entre os trabalhadores estrangeiros na RFA e mesmo entre os trabalhadores nacionais daquele país, o que prova — afirmou — as excelentes qualidades dos trabalhadores portugueses».

Quanto ao ensino do português aos filhos dos emigrantes na Alemanha, o dr. Sérvulo Correia afirmou que essa questão não depende do seu departamento, mas sim do Ministério da Educação e Investigação Científica. «Estamos a rever o sistema e neste momento funciona um grupo de trabalho misto dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação, para rever a orgânica do

ensino do português no estrangeiro, e esperamos que, de futuro, a Secretaria de Estado da Emigração tenha uma palavra a dizer nessa matéria. Neste momento, tudo o que posso fazer é servir de porta-voz das reclamações e reivindicações dos portugueses na Alemanha em relação ao Ministério da Educação.»

No regresso, e depois de referir que os problemas resultantes do elevado índice de desemprego na RFA são encarados com bastante apreensão pelas autoridades portuguesas e alemãs, carecendo por isso de estudo e solução urgente, o dr. Sérvulo Correia sublinhou que «os representantes das associações presentes às reuniões efectuadas, acentuaram que este tipo de reuniões deveria verificar-se com uma certa periodicidade, não inferior a duas vezes por ano».



# INVENTAR PARA QUÊ?

**CONTINUA A IGNORAR-SE  
(E A DESPERDIÇAR-SE) UMA IMPORTANTE  
FONTE DE RIQUEZA E PRESTÍGIO**

*Enumerar as grandes e pequenas invenções, não concretizadas nas suas possibilidades de aplicação prática, de muitos portugueses anónimos para o grande público, é tarefa hoje talvez impossível.*

*Os mecanismos que durante tanto tempo impediram os portugueses de emparceirar com outros povos no domínio da tecnologia parecem ainda hoje em total funcionamento, isto é, não se proporciona qualquer apoio ao espírito inventivo, e quando este, enfrentando as adversidades daí resultantes, consegue mesmo assim concretizar o invento, este de nada valerá.*

*A maior parte dos países civilizados possuem organismos estatais com a exclusiva missão de estimular e apoiar, em todas as fases, as actividades da inventiva e da pesquisa.*

*A capacidade de invenção dos portugueses não é inferior à dos outros povos. Bem pelo contrário, numerosos têm sido os inventos registados por compatriotas nossos, e contam-se já alguns prémios internacionais. Mas quando se chega aqui — nos casos em que tal acontece, muitas vezes à custa de mesuras capazes de desiludir o mais persistente (os génios são sempre uns «chatos» para qualquer burocracia...) — tudo pára e o invento mais o seu autor são votados ao mais completo esquecimento. Naturalmente que também a partir daqui a vontade (e a inteligência, claro) se ressentem dessa falta de apoio.*

*Também não se pode dizer que seja por desconhecimento que as entidades supostamente responsáveis por tal pelouro não patrocinem e zelem tão importante actividade. A Imprensa sempre fez o devido eco dos «focos» da inventiva portuguesa (os elementos para este artigo são retirados do jornal «A Luta»). Mas os apelos continuam a ser ignorados, não raro constituindo verdadeiro escândalo moral — e económico... — o desprezo a que são votadas as ideias e o próprio trabalho dos inventores nacionais. Mas estes não desarmam, como que a pedir meças à teimosa inépcia estatal...*



Um novo sistema de frio, capaz de satisfazer muitas das urgentes necessidades portuguesas nas actividades agrícolas, pecuárias e piscatórias, poderá ser fabricado em Portugal. «O segredo é muito simples» — confessa o autor da ideia, Júlio Ventura, pequeno comerciante de material eléctrico de Estremoz. Sem entrar em pormenores, como é natural, acaba no entanto por confiar:

«Qualquer frigorífico obtém o frio a partir de uma vaporização forçada de um determinado gás. Quanto mais forçada melhor, mas para isso — recorde-se que o gás para se vaporizar através de uma expansão brusca feita num tubo capilar que comunica com os tubos que envolvem o congelador, de um frigorífico, necessita primeiro de ser condensado — é necessário que o gás tenha ponto de condensação baixo, quanto mais baixo melhor, porque é a pressão fornecida pelo compressor. O meu segredo, que não posso revelar, é baseado neste princípio simples: utilizar um gás de ponto de condensação baixo, que necessita de pouca energia de compressão para condensar. Isto implica um menor consumo de energia, uma simplificação do compressor e um maior rendimento.

Considero que este sistema pode ser totalmente fabricado em Portugal, e em série, e que poderá corresponder às necessidades de frio do sector pecuário, agrícola e de pesca, não podendo ser competitivo ao nível do frigorífico doméstico.» →

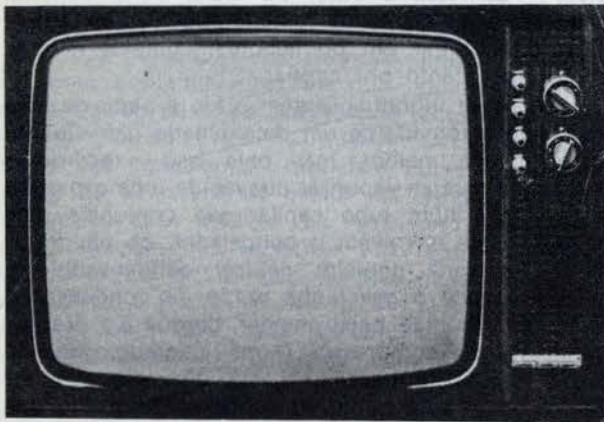


Júlio Ventura apresentou já o seu invento às autoridades competentes, estando o assunto actualmente a aguardar resolução na Junta de Investigação Tecnológica e no Ministério da Agricultura e Pescas. Entretanto, técnicos portugueses continuam a deslocar-se a países do norte da Europa para verificarem «in loco» as possibilidades de adaptação de tais sistemas em Portugal.

O eng. Magalhães Filipe idealizou em 1959 a «orquestrola», que agora vê largamente comercializada por uma empresa britânica. A «orquestrola» é um instrumento musical que reproduz com a maior fidelidade todos os timbres dos instrumentos de uma grande orquestra. Para o tocar, apenas é necessário um músico. O eng. Filipe — autor da ideia original e que agora vê os seus estudos e esforços postergados em favor da tecnologia estrangeira — afirmou a este respeito:

«Claro que não me roubaram a patente: a ideia é que é a mesma. Só que os seus autores foram mais afortunados, uma vez que nasceram numa sociedade onde as ideias aproveitáveis podem ser postas em prática, para prestígio, orgulho e, sobretudo, obtenção de divisas do país.

«E ainda se diz que o português é pouco inventivo, por o progresso vir geralmente de outros países mais industriais e volúidos! Há tempos, uma companhia de aviação escandinava fornecia aos utentes dos seus aviões um folheto sobre as capacidades intelectuais do seu povo, no qual se incluíam algumas gravuras de célebres inventos atribuídos a naturais desse país».



### A TELEVISÃO INVENTADA POR UM PORTUGUÊS?

O eng. Filipe acrescenta que a televisão foi inventada em 1878 pelo então professor da Academia Politécnica do Porto, Adriano Leite Brandão, que

antecipou as experiências dos famosos Nipkow e Arthur Korn; a água como combustível foi inventada por um português; as guias de onda ópticas, cujas aplicações são incalculáveis no progresso da ciência, foram descobertas pelo português Fernando Alves Martins. E comenta: «Que sucedeu a estes inventores? Quem lhes deu a mão? Qual o Instituto de Cultura ou de Investigação Científica que os apoiou?

«Já alguém pensou no prestígio internacional que, por exemplo, a pequena Áustria tem, devido à sua vocação artística e técnica? Quantas divisas entram nesse país, por via das valsas de Strauss, quantos turistas lá foram pelo mesmo motivo, quantos discos compraram, quantos *royalties* se cobraram, quantos filmes se fizeram, quanta riqueza rendeu a esse pequeno país, de ideias germinadas no intelecto dos seus naturais? E a Suíça, a Holanda e tantos outros, com os *royalties* das mais variadas invenções e prestígio internacional dos seus produtos, que têm permitido auferir ao seu povo um elevado padrão de vida, apesar dos seus poucos recursos naturais?»

Quanto ao próprio eng. Filipe, e para além da referida «Orquestrola», é já autor de um punhado de inventos da maior relevância, até agora votados ao olvido pelas entidades responsáveis. De entre eles, são estes os mais importantes:

— Optacon — aparelho que permite ao cego ler textos impressos em jornais e revistas, pelo sentido táctil. Reinventado e produzido nos Estados Unidos, com base numa patente portuguesa de 1957.

— Músculo electromagnético — aparelho para accionamento de próteses de braços, mãos e pernas, utilizando motores lineares. Em estudo.

— Bola de vento para microfones — usada mundialmente.

— Letex — leitor de textos para cegos, que permite a audição em altifalantes dos textos impressos, adaptados por meio de uma pequena câmara de televisão. Em estudo nos Estados Unidos.

— Motor de pistão quadrático — substituição do

atrato de escorregamento por atrito de rolamento.

«Mas» — prossegue o eng. Filipe — «valerá a pena ter mais ideias, registar patentes, gastar dinheiro? Quem se interessa por estas coisas na nossa terra? Onde está o Instituto ou Centro onde os inventores possam submeter as suas ideias a estudo e desenvolvimento, e onde a expressão «investigação científica» não seja apenas uma boa intenção, mas sim uma das realidades mais prementes da sociedade portuguesa?

«Será que já sou demasiado velho para ver abrir finalmente as portas desse Instituto de maior valia para a sociedade portuguesa e para a economia e progresso do País?»



# FINALMENTE!

## CRÉDITO PARA HABITAÇÃO PRÓPRIA

Foi publicada no «Diário do Governo», em 19-3-76 uma Resolução do Conselho de Ministros, com o objectivo de possibilitar a muitos agregados familiares a aquisição de casa própria.

Assim e de acordo com a referida Resolução, foi estabelecido o seguinte regime de crédito à habitação, a título experimental, a conceder dentro de sessenta dias através das adequadas instituições de crédito.

### PRAZOS MÁXIMOS

1. O prazo de pagamento dos empréstimos é função do rendimento per capita anual do agregado familiar;

2. Esse prazo, nas condições referidas em 1. oscila entre os limites de **25 e 15 anos** (ver tabela, em anexo);

3. Se os mutuários o pretenderem, os empréstimos poderão, porém, ser concedidos **por prazos inferiores** aos que constam da tabela anexa.

Rendimento per capita (em contos)	Prazo	Taxa de juro anual — porcen- tagem	Sinal mínimo — porcen- tagem	Mensalidade por cada 100 contos de empréstimo
Menos de 40 ... ..	25	4	5	524900
De 40 a menos de 60	23	5	9	604900
De 60 a menos de 80	21	6	13	690900
De 80 a menos de 100	19	7	17	782900
De 100 a menos de 120	17	8	21	882900
120 ou mais ... ..	15	9	25	993900



### JURO

1. A taxa de juro anual é também função do rendimento per capita/ano do agregado familiar;

2. As taxas de juro a pagar oscilam entre 4 % e 9 %, igualmente consoante o referido no ponto 1. (ver **tabela** anexa).

### ENTRADA INICIAL MÍNIMA

1. Também o sinal mínimo é função do rendimento do agregado familiar;

2. O sinal mínimo, para além do aludido em 1., oscila entre os limites de 5 % e 25 %, também conforme o preço de habitação (ver **tabela** anexa);



# informação... informação... informação...

3. Se o comprador da habitação o desejar ou se tiver sido atingido o montante máximo de 900 contos, **o montante inicial pode ser maior** do que os valores mínimos resultam da **tabela**, em anexo.

## MONTANTE MÁXIMO DO EMPRÉSTIMO

1. O montante máximo do empréstimo é de **900 contos**;

2. O empréstimo será de montante não superior ao preço de habitação, deduzido o sinal e não excederá os 900 contos.

## FINANCIAMENTO E AMORTIZAÇÃO

1. O financiamento é prestado pelas seguintes instituições de crédito, contra primeira hipoteca da habitação:

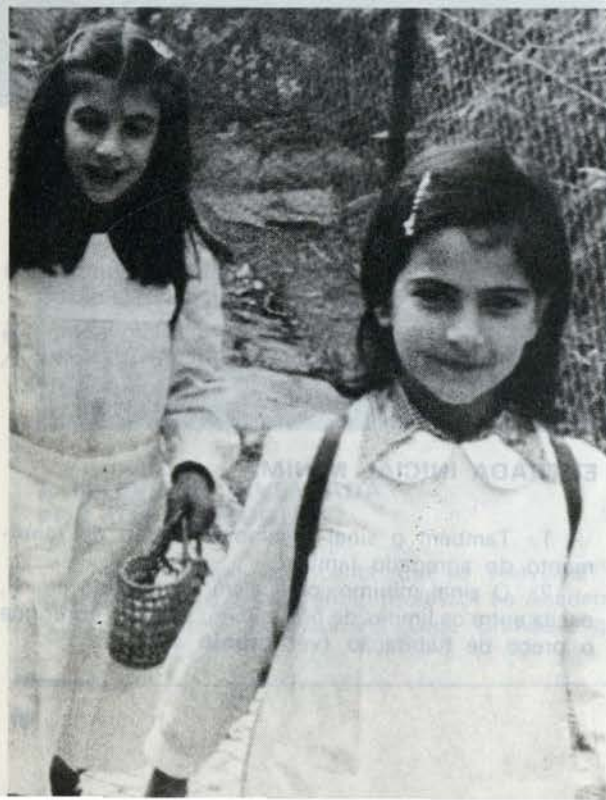
- CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS;
- CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS;
- MONTEPIO GERAL.

2. Os pedidos de financiamento nos termos e condições referidas nesta Resolução do Conselho de Ministros serão satisfeitos pelas Instituições de Crédito mencionadas em 1., uma vez que cumulativamente se verifiquem os seguintes requisitos:

- a) O fogo se destine à habitação permanente do interessado e do seu agregado familiar e este não possua habitação própria;
- b) O preço por metro quadrado — referido à área bruta total da habitação — não seja superior ao limite a fixar por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Habitação;
- c) Os rendimentos do interessado e do seu agregado familiar sejam cobrados, sempre que possível, através de uma instituição de crédito, por lançamento em conta de depósitos à ordem;
- d) O preço da habitação não ultrapasse o limite que igualmente venha a ser fixado por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Habitação;
- e) Estejam satisfeitas as regras gerais de segurança da operação de crédito.

Aos pedidos de financiamento que não obedecem a estes requisitos, serão aplicadas condições a definir em conjunto pelas instituições especializadas de crédito à habitação.

O financiamento será pago em prestações mensais, iguais e sucessivas, que englobarão a amortização e juros vencidos, conforme consta da referida tabela.



## Problemas do ensino para os emigrantes

### — informações sobre o regime de equivalências

Dada a grande importância de que se reveste para os emigrantes o conhecimento das disposições legais sobre o regime de equivalências do ensino entre as escolas portuguesas e estrangeiras, publicamos o texto integral de uma circular da Direcção-Geral do Ensino Secundário, de 26 de Outubro de 1974 — informação que completa outras já divulgadas sobre o assunto, designadamente a que inserimos no n.º 6/7 desta Revista.

I — Equivalências para a continuação de estudos:

#### Ensino liceal:

1. As equivalências a conceder tomarão por base o número de anos de escolaridade que o requerente comprove através do respectivo certificado de habilitações.



# informação... informação... informação...

Consequentemente, o requerente apresentará o respectivo certificado de habilitações e programa de estudos e, em caso de dúvida levantada na apreciação do processo, documento comprovativo do número de anos de escolaridade.

Consequentemente, a um aluno que, por exemplo, faça prova de possuir o grau «9» de escolaridade professada na África do Sul será permitida a sua matrícula no 1.º ano do curso complementar dos liceus.

2. A equivalência concedida só produzirá os efeitos pretendidos após a aprovação do aluno nas disciplinas de Português, História e Geografia de Portugal, realizadas ao nível do ano em que é concedida a equivalência e nos termos indicados nas alíneas que se seguem:

- a) Se ao aluno for permitida a matrícula no primeiro ano do curso complementar dos liceus, a matéria das disciplinas de cultura portuguesa será a professada no actual 3.º ano do curso geral;
- b) Se for permitida ao aluno a matrícula nos 2.º ou 3.º anos do curso geral, os exames *ad hoc* sobre cultura portuguesa poderão ser aqueles que no 3.º ano do mesmo curso o requerente terá de realizar. Excepcionalmente neste caso os exames de cultura portuguesa a realizar pelo aluno, quando ao mesmo for permitida a matrícula no 1.º ano do curso geral dos liceus, pois que estes exames serão prestados ao nível do ciclo preparatório do ensino secundário;
- c) *Se a equivalência for concedida relativamente ao curso complementar dos liceus, além do exame sobre cultura portuguesa ao nível do curso geral deverá ainda o requerente prestar provas de exame ad hoc relativas às disciplinas consideradas fundamentais para o curso superior que pretende seguir e que não constem do curriculum que professou no estrangeiro.* Essas disciplinas serão em princípio as que actualmente constituem as «*nucleares*» do curso superior a que o aluno se destina;
- d) *Os alunos que comprovem possuir nacionalidade estrangeira serão sujeitos aos mesmos exames exigidos para os alunos portugueses, considerando-se assim revogado o despacho ministerial de 4 de Fevereiro de 1969.*

## Ensino técnico profissional:

Em virtude de os cursos professados no ensino técnico profissional estarem anualmente sujeitos a exames, além do esquema já traçado para o ensino liceal, o sistema de equivalência funcionará, atendendo-se ainda às seguintes especialidades:

- a) A prestação de exames *ad hoc* nas disciplinas de cultura portuguesa deverá obedecer ao programa dessas disciplinas professado no ano imediatamente anterior àquele em que é facultada a matrícula ao requerente;
- b) Se o exame final de qualquer uma das disciplinas de cultura portuguesa se realizar no ano em que é permitida a matrícula, ou nos imediatos, será dispensável a prestação do mesmo ou dos mesmos, devendo o aluno apresentar-se às respectivas provas sobre cada uma das disciplinas relativas à cultura portuguesa no ano em que o actual *curriculum* do ensino técnico

profissional o sujeita a exame final:

- c) Desde que o requerente não possua no *curriculum* que professou no estrangeiro as disciplinas de especialidade respeitantes ao curso do ensino técnico profissional em relação ao qual foi estabelecida a respectiva equivalência, deverá o mesmo ser sujeito à prestação de exame *ad hoc* dessas disciplinas desde que as mesmas já tenham sido sujeitas a exame final em ano ou anos anteriores àquele em que ao requerente é permitida a matrícula;
- d) Sempre que ao requerente seja permitida a matrícula no 1.º ano de um curso complementar do ensino técnico, será o mesmo sujeito à prestação de exames *ad hoc* sobre a matéria básica do curso geral respectivo e ainda de Português e Matemática do último ano do curso geral, além de uma prova de cultura geral. As provas sobre as matérias básicas do curso geral só serão obrigatórias desde que o requerente as não possua no respectivo *curriculum* que professou no estrangeiro. Nesse caso, o exame *ad hoc* sobre cultura portuguesa versará o programa a que as mesmas disciplinas se encontram sujeitas no respectivo ano de exame do curso real relativamente ao qual é estabelecida a equivalência;
- e) O estabelecido na alínea d) do n.º 2 para o ensino liceal aplica-se ao ensino técnico profissional.

3 — Na sequência da equivalência concedida relativamente ao ensino liceal ou técnico profissional é facultada ao requerente a frequência em ano inferior àquele em que foi estabelecida a equivalência, desde que o mesmo se julgue ou seja considerado como não possuindo a preparação necessária à frequência do ano em que por efeito de equivalência concedida lhe é permitida a matrícula.

4 — Embora sujeitas às regras atrás enunciadas, os exames *ad hoc* não só de cultura portuguesa como de disciplinas e matérias específicas poderão ser antecipadas em face de necessidade exposta pelo requerente e comprovada pela Direcção-Geral do Ensino Secundário. Os referidos exames não deverão, no entanto, realizar-se no começo do ano escolar.

## Equivalências para provimento em cargos públicos:

### Ensino liceal:

- a) A habilitação exigida por lei para o exercício de funções públicas não específicas é a concedida pela aprovação no 3.º ano do curso geral dos liceus. Desta forma, tomar-se-á por base a escolaridade que o requerente obteve no estrangeiro, sujeitando-a a exame das disciplinas de cultura portuguesa, desde que o requerente possua pelo menos nove anos de escolaridade obtidos no estrangeiro;
- b) No caso de o requerente não possuir os anos de escolaridade obrigatória para a concessão da equivalência ao 3.º ano do curso geral dos liceus, é-lhe permitida a prestação de provas das disciplinas que constituem o *curriculum* desta habilitação.

### Ensino técnico profissional:

Relativamente ao provimento em determinados cargos



públicos, é exigida uma habilitação concedida pela posse de diploma de um curso técnico profissional específico.

Nestes casos, a equivalência funcionará:

- a) Tomar-se-á por base o número de anos de escolaridade que o requerente professou no estrangeiro, sujeitando-o à prestação de provas sobre as disciplinas de cultura portuguesa desde que o mesmo possua pelo menos nove anos de escolaridade;
- b) Nas condições previstas em a), o requerente será sujeito a exame *ad hoc* nas disciplinas básicas do curso geral a que pretende equivalência, desde que as mesmas não façam parte do *curriculum* professado no estrangeiro.

### Equivalência para fins militares:

É concedida a equivalência pura e simples desde que o requerente possua nove ou onze anos de escolaridade professados no estrangeiro e deles faça prova. No caso de o requerente possuir menos de nove anos de escolaridade, será sujeito às regras estabelecidas para as equivalências com efeito na sequência de estudos.

II — Ficam desde já preteridas as seguintes formalidades:

- a) Reconhecimento pelo cônsul de Portugal na localidade e legalização pelos Serviços Centrais do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos documentos comprovativos das habilitações adquiridas;
- b) Autenticação pelas autoridades escolares do país em causa dos planos de curso que o requerente frequentou no estrangeiro.

III — A Direcção-Geral do Ensino Secundário — via serviço de equivalências — procederá à tarefa de recolha da documentação necessária, contactando por isso com as embaixadas acreditadas no País, sempre que aos requerentes, já domiciliados em Portugal, se torne de grande dificuldade a obtenção da documentação necessária.

IV — As situações relativas a equivalência que se não possam enquadrar nas presentes normas serão solucionadas por despacho ministerial, a recair sobre parecer dos serviços de equivalências.



## Estabelecidas as condições para depósitos em moeda portuguesa

«Uma iniciativa justificada pelo especial carinho com que o Governo encara a defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses que, um pouco por toda a parte, dignificam a Pátria com o seu trabalho honesto» — assim se referiu o Primeiro-Ministro, em fins de Dezembro passado, à medida governamental que determinou a possibilidade de os emigrantes poderem fazer os seus depósitos bancários em moeda estrangeira.

Recente portaria do Secretário de Estado do Tesouro vem agora completar esta medida, estabelecendo as normas que passam a regular tecnicamente o direito de depósito bancário dos emigrantes portugueses em determinadas moedas estrangeiras, nos bancos nacionais.

Ficou portanto estabelecido que

de 90 dias a partir dessa data, para quem quiser fazer depósitos em Portugal, com base em moeda estrangeira, deve apresentar prova da qualidade de emigrante: apresentar a carteira de residente no estrangeiro; a própria carteira de trabalho ou qualquer outro documento pelo qual o banco possa verificar que o interessado na abertura da conta é mesmo emigrante. Qualquer desses documentos é suficiente para capacitar o emigrante a fazer depósito em moeda estrangeira e deve ficar arquivado no banco, em original, ou sob forma de fotocópia autenticada.

Mas se, por qualquer razão, não puder o depositante apresentar prova imediata da sua qualidade de emigrante, pode na mesma constituir o depósito, ficando com o prazo

apresentar o documento em causa, na falta do qual será convertido em escudos, o seu depósito em moeda estrangeira, à taxa de câmbio da data em que se tornou depositante, e por prazo igual ao inicialmente contratado (seis meses ou um ano). Por outro lado, na altura de renovação do contrato, pode pedir ao banco, provas em como o depositante ainda presta serviço no estrangeiro (ser residente não basta) ou ainda que, no caso de desemprego, ou de retorno a Portugal, comprove que não está há mais de seis meses numa ou noutra condição, isto é, que nem está na condição de desempregado, nem na condição de retornado, por período superior aos 180 dias anteriores à data de renovação do contrato bancário.

Se for portador de uma procuração ou de qualquer outro documento considerado suficiente pelo banco, qualquer pessoa residente em território português pode movimentar qualquer conta, nas condições e dentro da quantia estabelecida pelo emigrante titular do depósito. No entanto, se o beneficiário de tal privilégio, for cônjuges, pais, filhos ou irmãos, pode no momento de realização do depósito, o emigrante,



se o desejar, fazer logo a autorização para que um desses movimente (nas condições entendidas pelo próprio emigrante) a sua conta.

Quanto às taxas de juro a abonar às contas de depósito em moeda estrangeira, serão fixadas, de tempos em tempos, por aviso do Banco de Portugal. E no caso de depósitos constituídos a partir de notas estrangeiras, será aplicada a esses depósitos a data com valor diferido de dez dias.

Sempre que o emigrante desejar adquirir um bem imobiliário, fica dispensado de qualquer autorização especial para levantamentos de dinheiro, como seria necessário no caso de se tratar de operações invisíveis correntes e de capitais privados. O valor de cada conta, em moeda estrangeira, não poderá ser inferior a 10 000\$00, somados todos os depósitos do emigrante.

O Banco de Portugal que funciona como banco central do País, fixou as seguintes taxas de juros a abonar aos depósitos a prazo de emigrantes, que não poderão ser superiores aos seguintes limites:

1. Contas constituídas em Deutsche Mark, francos belgas e florins:

- a) Depósitos a prazo de seis meses, 7 por cento;

- b) Depósitos a prazo de um ano, 7,5 por cento.

2. Contas constituídas em dólares dos E.U.A., dólares canadianos e francos franceses:

- a) Depósitos a prazo de seis meses, 7 por cento;

- b) Depósitos a prazo de um ano, 7,5 por cento.

3. Contas constituídas em libras esterlinas:

- a) Depósitos a prazo de seis meses, 7,5 por cento.

- b) Depósitos a prazo de um ano, 8 por cento.

4. Contas constituídas em francos suíços:

- a) Depósitos a prazo de seis meses, 5 por cento;

- b) Depósitos a prazo de um ano, 5,5 por cento.

No caso do emigrante fazer depósito em quaisquer outras moedas cotadas pelo Banco de Portugal, mas que não conste da relação acima indicada, tal depósito será convertido em uma daquelas moedas, utilizando a entidade bancária,

para o efeito, o respectivo câmbio médio. Não estando, por exemplo, a lira italiana na relação acima indicada, o emigrante português em Itália terá que escolher, caso queira fazer o seu depósito em moeda estrangeira, alguma das outras aqui referidas: francos, marcos, dólares, libras, etc.

## Depósitos de títulos de investimentos



Foi alargado até ao próximo dia 7 de Maio, para os trabalhadores emigrantes portugueses, o prazo para o depósito obrigatório dos títulos de valores (fundos de investimento e acções de sociedades nacionalizadas), susceptíveis de indemnização. Esta resolução de inegável interesse para muitos emigrantes que têm as suas economias investidas em títulos da natureza dos referidos, foi divulgada pela SEE uma nota que para melhor esclarecimento transcrevemos na íntegra:

Considerando as dificuldades que os trabalhadores portugueses emigrados teriam em *proceder ao depósito, dentro do prazo* estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 108/67 de 7 de Fevereiro, *de certificados* representativos de participação em fundos de investimento no País (FIDES e FIA) e de *acções e cautelas* de sociedades portuguesas nacionalizadas, a Secretaria de Estado da Emigração elaborou um projecto de decreto-lei, propondo que esse prazo fosse *prorrogado por mais de 60 dias, em relação aos trabalhadores portugueses emigrados.*

Como em reunião do Conselho de

Ministros, realizada em 5/3/76, foi aprovado o aludido projecto de decreto-lei, vem a S.E.E. desde já dar conhecimento da decisão tomada que em muito beneficiará o emigrante.

Assim,

— o depósito dos valores referidos poderá ser feito numa instituição de crédito, em conta que o emigrante já tenha aberto ou a abrir, *até ao dia 7/5/1976, inclusivé;*

— os trabalhadores portugueses emigrados devem promover *dentro do prazo (até 7/5/76, inclusivé) o levantamento* dos mesmos valores (se estes estiverem depositados em cofres de aluguer nas instituições de crédito) e unicamente para depósito em conta já aberta ou a abrir nas instituições de crédito;

— o depósito dos valores em causa *dentro do prazo estabelecido*, é indispensável para o efeito de atribuição de benefícios e indemnizações devidas aos titulares de tais valores.



## Cinema para portugueses no estrangeiro



No número anterior dirigimo-nos mais aos responsáveis de Associações e Centros de portugueses interessados na exibição dos filmes do que ao público em geral. A razão desse facto é importante e reside no elevado encargo que representa a manutenção em funcionamento do «circuito de cinema» e que justifica todo o cuidado que se pede e deve ser posto, por parte dos interessados,

no manuseamento das películas; só assim será possível extrair o máximo rendimento das mesmas.

Por conseguinte antes de nos dirigirmos mais directamente ao espectador, e esperamos fazê-lo a partir do próximo número com outro tipo de informações, teremos, ainda, de tratar dum aspecto técnico dirigido aos «projeccionistas de ocasião». Efectivamente, ainda existem algumas associações que não têm possibilidades de encarregar, como seria de desejar, um técnico para a projecção dos filmes que lhes são confiados, transferindo essa tarefa para pessoas que, numa maneira geral, pese, embora, a boa vontade, não estão minimamente habilitadas para a desempenhar.

É a esses «futuros» projeccionistas que dedicamos hoje os seguintes conselhos:

1.º — Tenha em atenção a forma correcta das ligações do equipamento e não se esqueça de verificar qual a voltagem no sector,

antes de pôr o projector a funcionar.

2.º — Depois de acertar o foco de luz sobre o écran, ponha na máquina cuidadosamente o filme a projectar e NUNCA ligue o motor sem ter a CERTEZA de que o filme está devidamente colocado. Não esquecer as folgas que se dão à película, antes e depois do corredor de projecção.

3.º — Não toque as bobinas dos filmes.

4.º — Lembre-se que a limpeza do projector é de capital importância para a SAÚDE dos filmes que lhe são confiados. Mantenha, portanto, os carretos e os roletes devidamente limpos e, principalmente, o corredor de projecção.

5.º — Lide com as bobinas empregando o devido cuidado para evitar empenhá-las.

6.º — Se possuir coladeira e tiver de a utilizar, maneje a película com os cuidados inerentes a obstar prejudicá-la com pingos de cola, dedadas, poeiras, etc.

7.º — Terminada a sessão deverá guardar os filmes novamente nas respectivas bobinas e embalagens, tendo o cuidado em evitar trocas.

L. C.

## Alterações do processo de marcação de exames de condução para emigrantes

Segundo informação da Direcção-Geral de Viação (Ministério das Comunicações) deixará de haver **antecipação de exames de condução para emigrantes** devido às dificuldades que tal acarreta para o normal funcionamento dos Serviços e, ainda, devido à possibilidade de graves abusos por parte de intermediários com prejuízo evidente — até financeiro — para os próprios examinandos.

Para evitar possíveis transtornos que esta nova medida possa ocasionar sugere-se a todos os emigrantes interessados que procedam à marcação dos exames de condução com a devida antecedência em relação à data em que pretendam ser examinados e, se possível, proponham uma segunda data em alternativa.

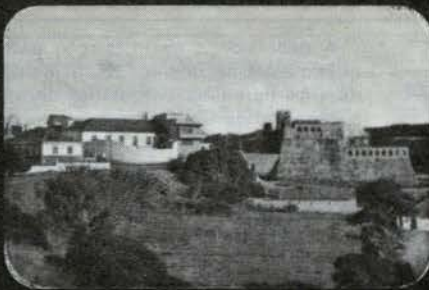
## Emissões de Rádio para portugueses no estrangeiro

As emissões da Rádio Liberdade, da responsabilidade da Secretaria de Estado da Emigração, estão no ar diariamente em onda curta:

- de segunda a sábado das 21 às 22 (hora de Lisboa), em 31,014 metros;
- ao domingo das 13 às 14 (hora de Lisboa), em 49 metros.



# pelas nossas terras



## TRÁS-OS-MONTES

### COMPLEXO DO CACHÃO ARRANCA PARA O FUTURO

Tem sido ultimamente bastante discutida a orientação a imprimir ao complexo agro-pecuário do Cachão, situado no nordeste transmontano.

Numa das reuniões esteve presente o Ministro da Agricultura e Pescas que em comum com membros das comissões administrativas e de trabalhadores e de representantes de outros Ministérios e da Região Militar, tomou conhecimento dos diversos problemas que preocupam os responsáveis por aquela unidade agrícola e as populações dela dependentes.

Os presentes debruçaram-se sobre um primeiro relatório e no fim o Ministro afirmou:

«Há cerca de 2 meses foi nomeada uma nova comissão administrativa que tinha como incumbência assegurar a gestão corrente e ir preparando uma nova proposta a apresentar ao Governo, de reestruturação do complexo e a viabilidade de o pôr a funcionar no futuro. Esperamos que até ao dia 31 de Março a Comissão nos remeta uma proposta de reestruturação e de reorganização do Cachão para que ele possa vir a funcionar noutros moldes.»

Alguns números sobre o Cachão:

— O Complexo tem 1000 postos de trabalho com uma massa de salários que ronda os 3 mil contos por mês.

— O empreendimento tem avultado investimento: 600 mil contos de capital alheio e 250 mil de capital próprio.

— O seu objectivo é o apoio à agricultura regional pelo aproveitamento dos seus produtos: azeitona e azeite, vinhos, leite e lãs, carne de suíno, ovino e bovino, tomate e cortiça.

— Dois terços dos trabalhadores vencem menos de 4000\$00 por mês.

Entretanto a Comissão Administrativa prosseguiu a acção dinamizadora promovendo reuniões com os lavradores e cooperativas do Nordeste Transmontano para os ouvir sobre o empreendimento e discutir com eles acerca do seu desenvolvimento. Os presentes insistiram em que o Cachão terá de dispor da confiança dos agricultores da região e de dinheiro para pagar os produtos a tempo e horas.

Até ao fim do corrente mês de Março o complexo vai pagar aos lavradores as dívidas em atraso (cerca de 2000 contos) referentes a compras à lavoura.

## GOUVEIA

### INAUGURAÇÃO DO B. V. DE MELO

Já lá vai uma carrada de anos que germinou a ideia da fundação em Melo, de uma cooperação de Bombeiros, nessa altura sob a iniciativa de José dos Santos Pinho e António Brito Júnior. Em 1936 constituiu-se a primeira direcção, à qual pertenciam César Cândido Ferreira, César Augusto Galante, Fernando Santos Silva e Fernando Rodrigues.

Embora com diminutas receitas provenientes da quotização de uma centena de sócios e subsídios da Inspeção de Incêndios e da Câmara Municipal de Gouveia, em 1956, a Corporação dispunha já de 22 elementos do Corpo Activo e de um explêndido (para a época) pronto-socorro, apetrechado com moto-bomba e algum material (o necessário) para uma eficaz acção contra os sinistros.

Vem, mais tarde, a ideia da construção do quartel-sede, à qual deram notável incremento os directores eng.º José Oliveira Sousa Melo, prof. José Augusto Rodrigues e Manuel Viana, funcionários dos C.T.T.

Aquisição do terreno, projecto e construção foram os passos (demorados, é certo) que levaram até à concretização final. O novo quartel-sede

ergue-se, para honra e brio dos melenses que para ele contribuíram, na Av. Brigadeiro Beja-Neves, frente à Capela da Misericórdia.

Aprazado o dia da inauguração, precisamente em 29 de Fevereiro, logo pela manhã, foram içadas as bandeiras Nacional, da Corporação e das Armas de Melo. Às 12 horas houve missa de sufrágio pelos bombeiros falecidos, tendo sido lembrados Luciano Reis Monteiro, José Rodrigues Maranhães e Augusto Garnecho.

Às 15 horas, com a presença das corporações do concelho (além da de Melo): Gouveia, Folgoso e Vila Nova de Tazem, houve um desfile aberto pela fanfara de Gouveia. Pouco depois, o pároco rev. Samuel Moraes procedeu à bênção do imóvel e de duas viaturas das quais foram madrinhas as sras. D. Amélia Pinho e D. Isabel Pinto Ferreira Sousa Melo. Em representação do Governador Civil, esteve presente, o sr. dr. Antero Lima Barroso. Vários oradores, entre os quais, José dos Santos Pinho, José Maranhães (comandante), Manuel Toscano Pessoa (comandante de Seia) e presidente da Junta, que anunciou a oferta de 5000\$00 do Governo Civil.

Seguidamente, foram condecorados vários elementos do corpo activo e procedeu-se ao descerramento de lápida de homenagem à direcção cessante.

Um novo desfile de todas as corporações e viaturas, acompanhadas de muito povo, constituiu um espectáculo lúcido, como jamais fora visto na freguesia.

O moderno e funcional quartel-sede, custou mais de setecentos contos, só possível com a ajuda dos melenses que contribuíram por diversas vezes, quer directamente, quer em cortejos de oferendas.

Na Obra da Criança após o desfile, realizou-se um convívio de todas as corporações, sendo servido um «lanche» a que se associaram numerosos convivas.

F. R.

«Notícias de Gouveia» — 8-3-76



## MEALHADA

### OBRAS NA REDE ELÉCTRICA DO CONCELHO

A Câmara Municipal da Mealhada irá despende uma verba de alguns milhares de contos, no corrente ano de 1976, para trabalhos de conservação e beneficiação das redes eléctricas do Concelho da Mealhada.

Destas obras, em parte já na fase inicial, irão beneficiar as seguintes localidades: Mealhada, Luso, Ventosa do Bairro e Arinhos-Póvoa do Garção. Registe-se que as populações locais, em alguns casos, tem prestado a sua voluntária colaboração.

## FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

### PONTE SOBRE O RIO CÔA

A ponte sobre o rio Côa que servirá a estrada que liga este concelho ao de Vila Nova de Foz Côa, com passagem por Almendra e Castelo Melhor, encontra-se já quase concluída.

Com a nova rodovia o percurso para se atingir Vila Nova de Foz Côa passa a ser apenas de 35 quilómetros, encurtando-se também o acesso ao Porto em cerca de 80 quilómetros.

Trata-se, portanto, de um melhoramento que muito beneficiará o turismo na região de Ribacoa, assim como nos distritos da Guarda e de Bragança. Também, quem entre pela fronteira de Vilar Formoso e se dirija para o Norte passará a utilizá-la, e de tal movimento muito terão a beneficiar as terras desta zona, onde as suas paisagens, os seus monumentos antigos, os seus bons vinhos e comidas regionais não deixarão de ser procurados e divulgados por aqueles que visitem o nosso País nas suas férias.

## VILA NOVA DE GAIA

### CENTRO HOSPITALAR MERCIDO

Gaia irá ter quatro Hospitais, que constituirão o centro hospitalar daquele concelho, muito embora funcionando com sistemas de serviços independentes, mas complementares, dentro das respectivas especialidades — segundo declarações feitas no dia 27 de Fevereiro pelo secretário de Estado da Saúde, dr. Albino Aroso, quando se deslocou àquele concelho em visita de trabalho.

A necessidade da instalação destes quatro estabelecimentos é urgente para dezenas de milhar de pessoas de todo o concelho de Gaia. Acrescente-se que o próprio Hospital de Santo António, no Porto, beneficiará igualmente destas futuras instalações, pois verá assim aliviada a sua área, actualmente congestionada pelos doentes deste concelho. Referimos alguns números do ano passado: dos 152 mil casos tratados no Hospital de Santo António do Porto, 57 145 foram doentes vindos de Gaia. Só no último mês foram ali socorridos 5032 doentes, habitantes do citado concelho.

## TOMAR

### COMEMORAÇÃO DO 816.º ANIVERSÁRIO

O dia 1 de Março voltou a ser feriado municipal em Tomar, que comemorou festivamente o seu 816.º aniversário.

Cidade turística, por excelência, Tomar bem merece ser aproveitada em relação ao futuro. As suas freguesias de Santa Maria dos Olivais e São João Baptista, na cidade propriamente dita, e as outras, ao longo de todo o concelho — Alviobeira, Asseiceira, Beselga, Carregueiros, Casais, Junceira, Madalena, Olalhas, Paialvo, Pedreira, S. Pedro de Tomar, Sabacheira e Serra —, oferecem imensas motivações de atracção turística. O castelo e o Convento de Cristo, a Igreja de São João Baptista, a Ermida de Nossa Senhora da Conceição (em jeito de basílica romana), a Ermida de Nossa Senhora do Monte ou da Piedade (com a sua imponente escadaria de

228 degraus), a Ermida de São Lourenço, o Mouchão, os Jardins da Mata dos Sete Montes e todo o poético percurso do rio Nabão são locais para ver e admirar e que justificam amplamente maior (e melhor) divulgação no nosso turismo interno.

As suas feiras anuais (de Santa Cita, a 11 de Setembro, e de Santa Iria, a 20 de Outubro) têm grande afluência de visitantes, bem assim como os mercados (no primeiro domingo de cada mês e aos sábados).

A sua Festa das Fogaceiras (de três em três anos e em anos ímpares) — uma das mais castiças, no seu género, em todo o País — tem de ressurgir, indubitavelmente.

Das várias realizações comemorativas efectuadas nesta cidade, destacou-se, pelo particular interesse que despertou, a Exposição levada a cabo pela Biblioteca Municipal. Exposição documental e histórica, onde os visitantes puderam admirar velhos manuscritos, eruditos e populares, fotografias, estandartes, elementos etnográficos e ilustrações sobre algumas das figuras da cultura portuguesa, naturais de Tomar.

## VIANA DO CASTELO

### INICIADA A CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL PARA QUANDO

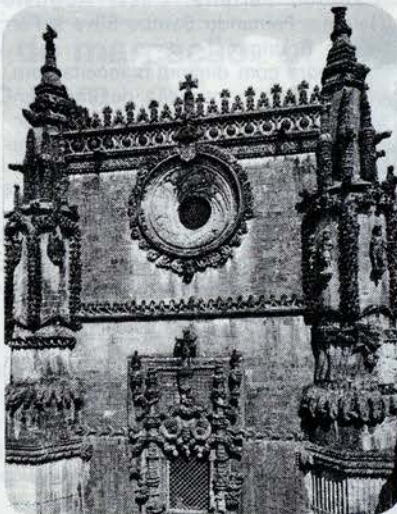
#### A RECONSTRUÇÃO DO PORTO?

Após laboriosos esforços já se encontra na primeira fase de construção o Hospital Regional de Viana do Castelo.

Este Hospital Regional é sentido pela população como um dos melhoramentos de maior urgência. Regista-se viva satisfação em todo o distrito, pela realização desta premente necessidade, a qual irá melhorar as condições de assistência médica de todo o distrito.

A cidade poderá também ver em breve resolvido o problema que se prende com o seu porto, que não apresenta neste momento condições para satisfazer as aspirações da população nem as necessidades da região, conforme foi assinalado no decorrer de uma reunião intercâmaras efectuada no edifício do Governo Civil do distrito.

Problema momentoso para o desenvolvimento do Alto Minho, as precárias condições do porto de Viana do Castelo desde há muito constituem motivo de desagrado por parte da população do distrito, pelas dificuldades que põe a uma normal e mais dilatada movimentação de navios, como ainda no





entreve que já se tem revelado para a saída das novas embarcações construídas nos estaleiros navais.

No encontro foi dada notícia dos contactos e sondagens, entretanto feitos, da posição assumida face ao problema portuário, pela Direcção-Geral de Portos, segundo a qual o projecto para Viana do Castelo vai finalmente a despacho governamental. Prevê-se, assim, que o lançamento do concurso para a reconstrução do porto se venha a verificar até meados de Março e o início das obras possa ter lugar nos primeiros dias de Junho.

## VILA REAL

### GRANDE COOPERATIVA EM ALIJÓ

Durante a reunião do Conselho Agrário Regional, realizada pela primeira vez em Vila Real e a que o JN fez larga referência, ouvimos José Monteiro Ribeiro falar da intenção de aproveitar o património da lavoura alijoense para criar uma cooperativa polivalente naquele concelho.

A ideia, que já vem de longe e anda a ser estudada desde Junho de 1975, manifesta-se como possível motor para o desenvolvimento mais eficaz aproveitamento das potencialidades agrícolas daquele concelho.

Esta cooperativa resulta da transformação da ex-Adega Cooperativa (ramo vinícola) numa cooperativa polivalente de fruticultura, olivicultura, mecanização, pecuária, horticultura, compra e venda de produtos.

Inicialmente abrange sete freguesias; mas, sem colidir com a actividade das adegas existentes no concelho, tende

a expandir a sua área social por todas as outras freguesias.

Sobre a possibilidade de concretização e adesão dos lavradores à ideia, esclareceu-nos o eng.º técnico agrícola José Ribeiro:

«Presentemente contamos com 238 sócios e estão inscritos mais 440, isto dentro da área social, que abrange somente sete freguesias. Por todo o concelho a adesão foi total e os lavradores, além de sentirem de facto a necessidade de uma cooperativa deste género, reconhecem o valor que terá no futuro económico de Alijó.

«No que respeita a fruticultura, produzem-se no concelho em média, oitocentas toneladas de fruta (principalmente maçã, pêra e pêsego, além de amêndoa, castanha e noz). Para dar uma ideia da olivicultura existente apenas refiro que existem 14 lagares de azeite que trabalham intensamente durante três meses no ano. Simultaneamente, a cooperativa propõe-se ajudar no desenvolvimento de outras culturas, pois a zona alta do concelho manifesta-se essencialmente rica para uma intensa actividade pecuária, florestal e cerealífera. No domínio da pecuária, a actividade basear-se-á no apoio à construção de estábulos, criação de pastos e sistema de associação entre produtores».

José Ribeiro aproveitou para nos referir que na vila de Alijó o único leite que se bebe é em pó, não havendo portanto leite fresco para consumo, e o talho adquire as reses para abate fora do concelho, principalmente na região de Montalegre, Ribatejo e Beira Alta.

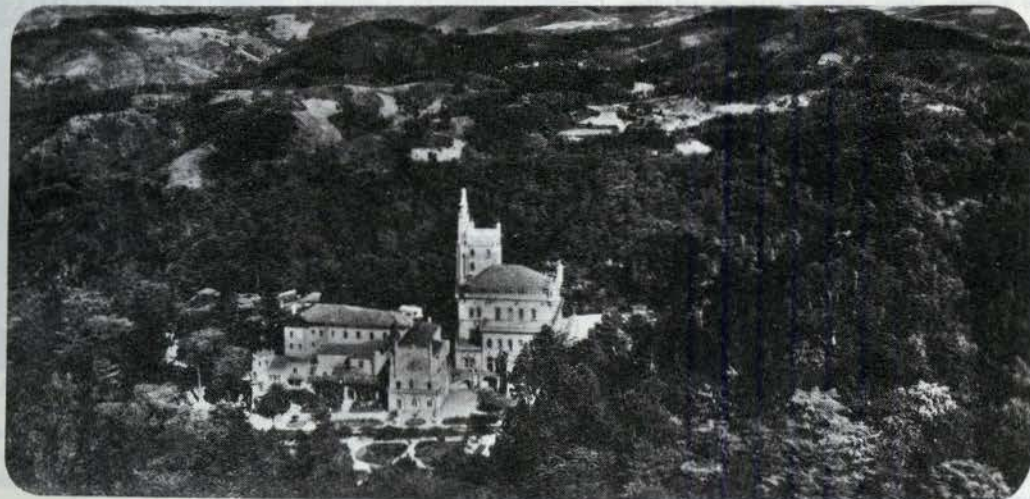
No domínio da mecanização e apoio a prestar aos sócios neste aspecto, referiu-nos que o sistema será desen-

cadeado com base no património do ex-Grémio e que, segundo os lavradores da região, o mesmo pertence à lavoura alijoense. O esquema proporcionaria a utilização pelos sócios de máquinas adequadas que também seria aproveitadas para beneficiar as vias de acesso às propriedades e para outros trabalhos julgados necessários.

A intervenção nos circuitos comerciais, dado não existir uma tradição neste sector por parte da actividade dos organismos agrícolas, José Ribeiro prevê que possa ser accionada através das uniões de cooperativas numa forma de colaboração e resolução em conjunto dos problemas, citando-nos inclusive, a comercialização da batata, que até aqui tem sido feita ao sabor dos interesses dos intermediários, com nítidos prejuízos para o produtor e até para o consumidor.

Cooperativa Agrícola (polivalente) do Concelho de Alijó nasce, assim, do reconhecimento de uma necessidade e do estudo das vantagens provenientes de uma autêntica forma de associativismo dos lavradores, os quais aprovaram recentemente os seus estatutos. Esta iniciativa foi entretanto comunicada ao Ministério da Agricultura e à Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, com o requerimento de apoio necessário para ampliação de estruturas capazes de proporcionarem a cobertura de todos os ramos agrícolas, além do vinícola. Esta ainda, talvez, uma maneira de se fazer a «reforma» e reconversão de uma agricultura que carece, de facto, de um grande empurrão tendo em vista a promoção sócio-económica dos alijoenses.

«Jornal de Notícias» — 6-3-76



**BUÇACO**  
(Floresta  
e Hotel)





# livros

## ● OS VAGABUNDOS DA VERDADE — Jack Kerouac — Editorial Minerva

Uma apaixonante corrida em busca da verdade, assim se pode classificar este singular romance de Jack Kerouac — considerado o mais notável prosador da «beat generation». Nele se dão as mãos o sagrado e o profano, a complexidade e a simplicidade ingénua e quase infantil, a análise profunda de sentimentos e emoções, com a franqueza e o perfume suave da poesia simples que notabilizou o autor.



## ● LUÍS DE CAMÕES, OBRAS COMPLETAS — Editora Sá da Costa

Ler Camões, conhecer a maravilhosa aventura do grande poeta, será sempre um imperativo da cultura e da história portuguesa. Em cinco volumes, esta edição das Obras Completas de Camões, com prefácio e notas do prof. Hernani Cidade, é exemplar na apresentação e estudo que faz da obra camonianiana.

## ● OS CONTESTATÁRIOS NOS ESTADOS UNIDOS — Manuela Semidei ● OS CONTESTATÁRIOS NA UNIÃO SOVIÉTICA — Vladimir Gedilaghine — Ulisseia

Num momento em que importa conhecer as verdadeiras faces das duas super-potências mundiais, estes dois livros adquirem uma importância relevante. Manuela Semidei e Vladimir Gedilaghine situam os diferentes fenómenos no seu contexto histórico, económico e

social, procurando apontar as principais opções da oposição nos variados domínios dos dois países. Documentos indispensáveis para a História dos nossos dias.

## ● LIBERAIS E MIGUELISTAS — Mário Domingues — Livraria Romano Torres

Na continuação do seu trabalho sobre figuras e factos da História de Portugal, Mário Domingues trata principalmente neste livro — repleto de acontecimentos da mais alta importância política e social da época — da luta bárbara empreendida pelo infante D. Miguel, apoiado nas forças reaccionárias da altura, contra o Liberalismo que a Revolução de 1820 implantara no nosso País.

## ● A POLÍTICA NO CONFESIONÁRIO — Norberto Valentini — Editorial Futura

Complementar de «O Sexo no Confessionário», da mesma editora, este volume permite conhecer a posição actual da Igreja perante problemas que lhe são postos acerca da militância política, da liberdade ideológica, etc. Através dos diálogos desenha-se uma crise do clero italiano, coagido a tomar posição sobre problemas importantes da vida civil, esboçando uma dramática situação educativa que afecta vastas massas de cidadãos expostos ao magistério moral de «mestres» deficientemente educados e frequentemente deseducadores.

## ● CENAS DA VIDA CONJUGAL — Ingmar Bergman — Editorial O Século

A filmografia de Ingmar Bergman conta já com êxitos dificilmente ultrapassáveis. As suas obras são um olhar insistente, e quantas vezes doentia mas saudavelmente indiscreto sobre as relações humanas nas diversas situações e problemas do quotidiano. Pouco divulgados entre nós através do texto, os filmes de Bergman adquirem hoje uma importância sem dúvida muito perto do inadiável, em termos da necessidade do seu conhecimento. Notável tratado sobre as grandezas e misérias do

comportamento humano. «Cenas da Vida Conjugal», agora em livro, é um desses «incomodativos» olhares do grande cineasta sueco.

## ● BILHETES SALOIOS DO TEMPLÁRIO — Fernanda Leitão — Edições Liber

Fernanda Leitão imprimiu ao «Templário» — jornal regional que se publica em Tomar — a dinâmica que um órgão de Informação nestas circunstâncias deve essencialmente possuir. Dinâmica que não se circunscreve aos problemas locais, pois que mantém um olhar atento ao que em todo o Portugal se passa, num prazenteiro e saudável — mas bem por isso menos firme — espírito crítico. Cedo os Bilhetes Saloios do «Templário» ultrapassaram os tradicionais limites de uma Imprensa regional que parece agora adquirir as dimensões devidas ao necessário esclarecimento das populações afastadas dos grandes centros urbanos, servidos por uma Informação asfixiante. Os Bilhetes Saloios aqui estão, agora em livro, para se ler mesmo.

## ● JORGE DIMITROV — Obras Escolhidas — Editorial Estampa

Militante eminente do movimento comunista e operário internacional, Jorge Dimitrov foi o guia incontestado do Partido Comunista búlgaro. Os seus apelos ardentes e a sua luta infatigável para uma vida melhor, pela paz e pela harmonia entre os povos, toda a força do seu pensamento revolucionário, encontram-se reunidos nesta oportuna iniciativa editorial de grande alcance histórico e valor documental para o tempo presente.

## ● AS ELEIÇÕES DE 25 DE ABRIL, GEOGRAFIA E IMAGEM DOS PARTIDOS — Jorge Gaspar/Nuno Vitorino — Livros Horizonte

Fruto de um meticoloso e aprofundado trabalho de equipa e sem qualquer precedente na bibliografia portuguesa da especialidade, eis um indispensável documento de reflexão e estudo para quem deseje compreender o fenómeno eleitoral em Portugal. Dividido em duas partes, ele dá-nos na pri-

meira uma imagem rigorosa e exaustiva da Geografia Eleitoral do País, descendo ao pormenor descritivo das mais pequenas unidades de que é possível obter elementos estatísticos eleitorais — as freguesias. A segunda — na prática um anexo da primeira — é um valioso contributo para a compreensão da imagem que os partidos pretendem dar ao eleitorado. No conjunto, talvez o primeiro trabalho isento e tecnicamente muito apreciável feito até hoje sobre tão importante questão.

## ● A VERDADE POR UM FIO — René Floriot — Civilização Editora

Embora não se trate de uma edição recente, vale sempre chamar a atenção para esta exemplar obra de René Floriot, a qual expõe as causas simultaneamente simples e múltiplas que podem conduzir a um erro judiciário. A já conhecida experiência do autor (advogado desde os 20 anos) dá-nos neste livro a história de um erro judiciário de que cada dia um de nós pode ser vítima.

## ● AS PESSOAS FELIZES — Agustina Bessa Luís — Guimarães Editores

Agustina Bessa Luís assumiu na nossa literatura contemporânea um lugar de excepção. Em «As Pessoas Felizes» — o seu mais recente trabalho — a autora desventra a



sociedade burguesa portuguesa, denunciando, como outros escritores seus similares, a ingratidão em que o ser humano se exprime, mesmo nas suas lutas mais altruístas.



● **O MEU PAIS E O MUNDO  
● PROGRESSO, COEXISTÊNCIA  
E LIBERDADE INTELECTUAL** — Andrei Sakharov —  
Publicações D. Quixote

Sakharov é antes de mais um grande sábio que chegou à política, como tem sucedido com muitos outros cientistas, após uma longa reflexão sobre os suportes e os objectivos da ciência. Quando em 1968 publica no estrangeiro (no «New York Times», EUA) «Progresso, Coexistência e Liberdade Intelectual», torna-se uma personalidade internacional e entra imediatamente na longa «lista» dos dissidentes russos. É dessa altura que data a sua ruptura com o regime, o qual tenta, sem o conseguir, a expulsão de Sakharov da Academia das Ciências. O crime do cientista (Prémio Nobel da Paz 1975) não é tanto o de defender a possibilidade da coexistência e da convergência dos sistemas capitalista e socialista como o de reclamar uma ruptura clara e definitiva com as sobrevivências do estalinismo e o respeito por aquilo a que chama de «direitos humanos».

*o muro  
branco*

OBRAS COMPLETAS DE ALVES REDOL



● **MENINA E MOÇA** — Bernardim Ribeiro — Publicações Europa-América.

De Menina e Moça pode dizer-se com verdade que é das mais conhecidas e das menos conhecidas obras de toda a nossa literatura. Não há ninguém que não lhe conheça o título, tornado frase feita no português de hoje. Muitos

sabem as primeiras frases de cor, mas poucos são capazes de lhe descrever o sumário. Além de um estudo em que se equacionam os problemas críticos postos pela obra e seu significado e pela identidade do autor, esta edição é enriquecida com notas explicativas que facilitarão ao leitor, sobretudo ao estudante, a compreensão de uma das mais ricas, perturbantes e enigmáticas obras literárias do século XVI.

● **BALANÇO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA** — Iniciativas Editoriais

Ao consumir-se a descolonização portuguesa, importa que tomemos consciência do que ela foi verdadeiramente: quais as suas características, qual a sua singularidade. Com esse fim foi elaborado este trabalho, que inclui textos de um conjunto notável de estudiosos do tema, como Banha de Andrade, Frédéric Mauro, Eric Axelsson, C. R. Boxer, Joel Serrão, Hermann Kellenbenz.

● **A FLORESTA EM BREMERHAVEN** — Olga Gonçalves — Seara Nova

Um pequeno livro recente, em

que os problemas e a linguagem dos emigrantes têm o primeiro lugar — o devido lugar. A autora deu-lhes a palavra. A partir de conversas registadas, é a aventura dos emigrantes que passa nestas 150 páginas; é, sobretudo, a procura autêntica duma «vida nova», lá e cá, em que a pessoa é o mais importante. Um livro cuja leitura deve ser feita ao ar livre, no meio da rua». No próximo número ele (livro) e eles (emigrantes) falarão por si.

● **A TERRA NÃO DA PÃO, MÃE!** — Ribeiro Maçarico — Prelo Editora

Obra de teor populista, esteve livro foi escrito há vários anos, embora no ano passado o autor reescrevesse os últimos capítulos de que não gostara, e pouco mais. O livro reflecte por isso uma realidade sociológica, em termos de recreação literária, que, entretanto, se alterou. Perante as características do meio, que se empenhou em analisar, e das dependências a que estava sujeito, o autor reconstituiu, literariamente, um ambiente campesino no qual o objectivo do romance é conseguido.

● **PRINCÍPIOS ELEMENTARES DE FILOSOFIA** — Georges Politzer — Prelo Editora

● **ANGOLA NA HORA DRAMÁTICA DA DESCOLONIZAÇÃO** — Fernando Barciela Santos — Prelo Editora

● **PROBLEMAS AGRÁRIOS PORTUGUESES** — Blasco Hugo Fernandes — Prelo Editora

● **UM GIRASSOL CHAMADO BEATRIZ** — Eduardo Olimpo — Prelo Editora

● **AMÍLCAR CABRAL, FILHO DE ÁFRICA** — Oleg Ignatiev — Prelo Editora

● **O NEOCOLONIALISMO E OS SEUS MÉTODOS** — V. Vakhruchev — Prelo Editora

● **CAPITALISMO E EMIGRAÇÃO PORTUGUESA** — Carlos Almeida e António Barreto — Prelo Editora

● **A CAÇA AO AMOR** — Violette Leduc — Portugália Editora

● **SOBRE O COMUNISMO** — Sérgio Ribeiro — Moraes Editores

● **O HERÓI DA TORRE** — Hans Hellmut Kirst — Publicações Europa-América

● **HISTÓRIA POLÍTICA DA PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA** — David Ferreira — Livros Horizonte

● **VIAJANTE SOLITÁRIO** — Jack Kerouac — Editorial Minerva

● **A TERRA OCA** — Raymond Bernard — Editorial Minerva

● **A ODISSEIA DOS SOBREVIVENTES DOS ANDES** — Piers Paul Read — Editorial Futura

● **POESIA AFRICANA DE HOJE** — Manuel de Seabra — Editorial Futura

● **EUROPEUS SEM EUROPA** — Paolo de Domenico — Editorial Futura

● **COMO SE VENDE UM PRESIDENTE** — Joe Mc Ginniss — Editorial Futura

● **O QUE É A AUTOGESTÃO** — Daniel Chauvey — Edições 70

● **IMPERIALISMO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL** — Rosa Luxemburgo e Nikolai Bukharine — Edições 70

● **UMA ESCOLA COMUNITÁRIA NA JUGOSLÁVIA** — Stevan Beždanov — Moraes Editores

● **AEROPORTO** — Arthur Hailey — CIVILIZAÇÃO EDITORA

● **ACUSO MARCELO CAETANO** — E. Freitas da Costa — Liber Editores

● **A CIA E O CULTO DA ESPIONAGEM** — Victor Marchetti e John D. Marks — Portugália Editora

● **PRINCÍPIOS DO SOCIALISMO CIENTÍFICO** — V. Afanassiev, M. Makarova e L. Minaiev — Prelo Editora

● **A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA** — Joel Serrão — Livros Horizonte

● **O PROCESSO DAS VIRGENS** — Edições Afrodite

● **ANTOLOGIA BREVE** — Pablo Neruda — Publicações D. Quixote

● **HISTÓRIAS PARA BURGUESES** — Alonso Ibarroia — Editorial Estampa

● **OLIVER TWIST** — Charles Dickens — Livraria Romano Torres

● **DIÁLOGOS SOBRE FÍSICA ATÓMICA** — Werner Heisenberg — Editorial Verbo

● **PORQUÊ A REVOLTA?** — J.-Paul Sartre/Pierre Victor/Philippe Gavi — Livraria Sá da Costa

● **ARMAR AS MASSAS REVOLUCIONÁRIAS** — Vo Nguyen Giap — Iniciativas Editoriais

**LIVROS INFANTIS E JUVENIS**

● **DOIS GATOS FELIZES** — Editorial Verbo

● **A SEGUNDA AVENTURA DE HOPI E CATI** — Editorial Verbo

● **O PINTOR E O PÁSSARO** — Livraria Sá da Costa

● **O BANDO DOS AYACKS** — Editorial Verbo

● **15 MULHERES CÉLEBRES** — Editorial Verbo



# TEMPO LIVRE

## MÊS DE ABRIL



Vênus e Amor (Museu Ludovisi Boncompagni, Roma).

Ao mês que sucede a Março davam os Romanos o nome de *aprilis* — da palavra latina *aperire*, que significa «abrir» ou seja

por, neste mês, os rebentos comecem a abrir, ou porque a terra abre o seio, cobrindo-se toda de nova vegetação. De abril fizemos nós Abril.

Ausônio, poeta da antiguidade, representava o mês de Abril sob a figura de um belo mancebo coroado de murta e dançando ao som de instrumentos. «Junto dele arde uma caçoila de onde, em fumo, se exala o incenso; e do facho aceso que traz na mão evoluem-se emanações aromáticas».

Era outrora este mês consagrado à deusa pagã Cibéle, a mãe dos deuses — como a chamavam os gregos. Todos os anos, no dia 1.º de Abril, reuniam-se os gregos derredor do templo de Teseu, executando danças nacionais. Mais tarde, os Romanos consagraram a Vênus este mês, festejando a deusa no dia primeiro. A 21, considerado por eles aniversário do nascimento de Roma, celebravam as *Vinália urbana*, alegres festas durante as quais se fazia a primeira prova do vinho do Outono precedente. No dia 25 do mesmo mês tinham lugar as *Robigalia*, destinadas pelos pagãos a conjurar as moléstias dos vinhedos.

Na China, ainda há pouco se faziam curiosos festejos no decorrer do terceiro mês do seu calendário — mês que geralmente corresponde ao nosso Abril: lá o imperador com os príncipes e seus parentes lavrar simbolicamente uma geira de terra significando assim o despertar desta, e a seus subditos dando o exemplo do trabalho.

Desde há séculos, costumam alguns povos da Europa festejar o dia 1.º de Abril com burlas e enganos, rindo-se à custa das pessoas amigas ou conhecidas, a quem anunciam notícias fantásticas, ou impõem tarefas inúteis. Se a vítima se zanga, declaram-lhes, a rir: «Primeiro de Abril!» Qual a origem de tal gracejo? Em vão se tem procurado; e das várias explicações apresentadas nenhuma satisfaz plenamente.

Os franceses, que muito praticam esta alegre tradição, apelidam-na de «peixe de Abril». Eis uma das origens que lhe atribuem:

O mês de Abril é aquele em que mais abunda a sarda. Começam a pescá-la a partir

do dia 1.º Ora, nalgumas localidades marítimas da França é de uso quando os pescadores regressam após escassa pesca, os graciosos da terra mandarem-lhes flores, de troça, alguns peixes talhados em madeira ou papelão. Assim lhes fazem surriada por, à partida, os outros se gabarem de trazer melhor pesca do que a de seus vizinhos. Por vezes, não querendo confessar a sua pouca sorte, os pescadores afirmam ter-lhes a rede rebentado com o peso do peixe, e que, por isso, este caiu ao mar. Acolhem-nos então com risos e exclamações: «Sim! Sim!, já sabemos: É peixe de Abril! É peixe de Abril!»

De começo até fins deste mês crescem os dias uma hora e quarenta minutos, a saber: 57 minutos pela manhã, e 43 minutos à tarde. Continua a temperatura a elevar-se; contudo, ainda são de esperar sérios dias chuvosos e um tanto frios. De resto, lá diz o provérbio: «No princípio ou no fim, sol Abril ser ruim».

A verdade é que o agricultor deseja alguma chuva, na primeira parte do mês, pois calor demasiado cedo é considerado prejudicial. Se a chuva cessar no devido tempo, e se violenta não tiver sido, o ano promete boa colheita. Que *uma água de Maio e três de Abril valem por mil...*

### PROVÉRBIOS DE ABRIL:

- Abril frio: pão e vinho;
- Abril frio e molhado, enche o celeiro e farta o gado;
- Em Abril águas mil coadas por um mandil;
- Por todo Abril, mau é descobrir;
- Do grão te sei contar, que em Abril não há-de estar nascido, nem por semear;
- Em Abril vai onde há-de ir, e torna ao teu covil;
- Em Abril queijos mil; e em Maio três ou quatro;
- Entre Abril e Maio moenda para todo o ano;
- Por S. Marcos<sup>(1)</sup>, bogas a sacos.

<sup>(1)</sup> A Igreja celebra aos 25 de Abril a festa deste evangelista.

## SABER NÃO OCUPA LUGAR

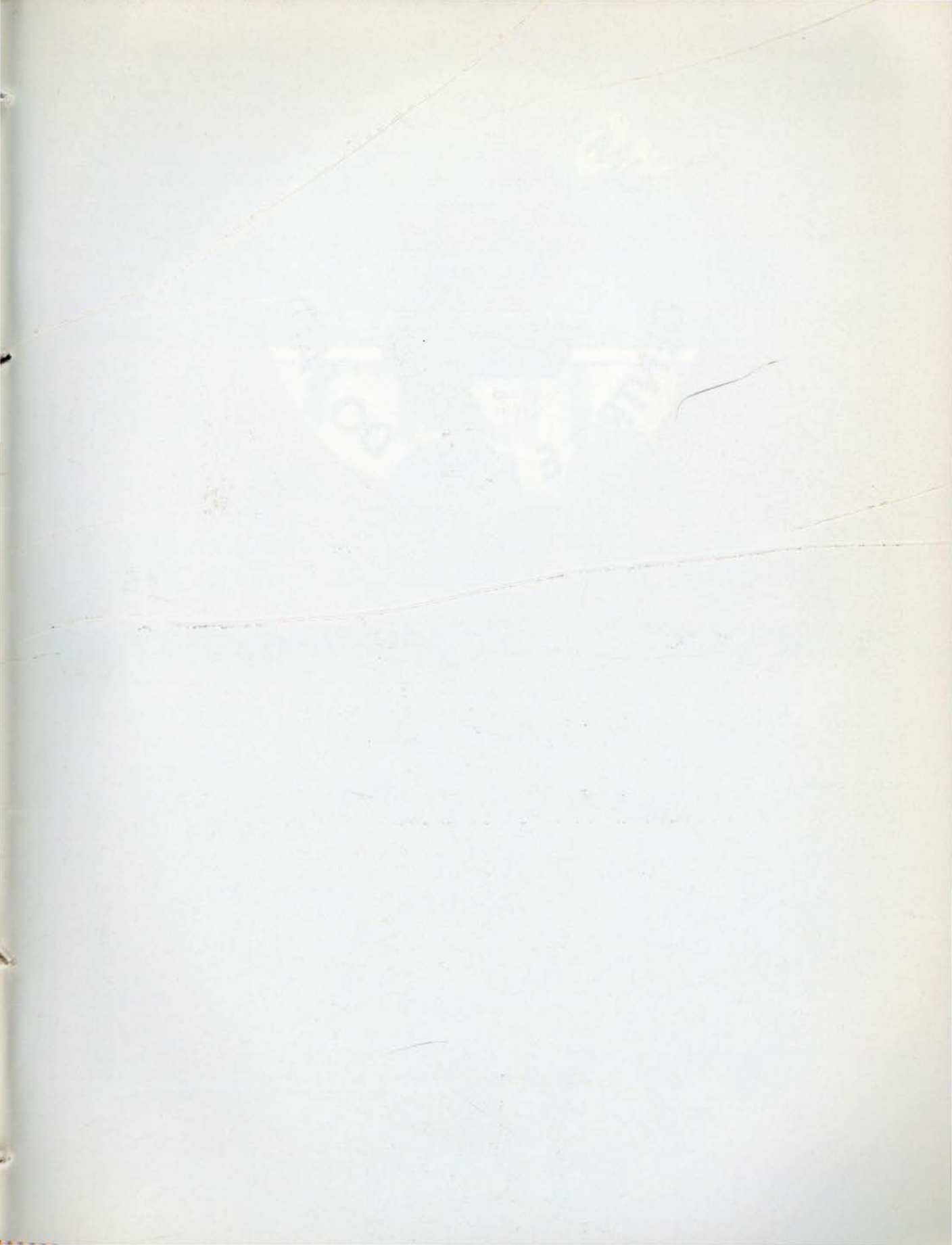
- Em média o ouvido humano pode recolher ondas de som que vão desde 20 vibrações por segundo até 20 000.  
Há casos excepcionais que elevam esse número até 30 000.
- A teoria de que toda a matéria é constituída de minúsculas partículas, ou átomos; não é moderna, pois foi enunciada pelos gregos, pela primeira vez, há mais de 2000 anos.
- Em fins do século XVIII ainda o café era considerado um medicamento na cidade de S. Paulo (Brasil), vendendo-se nas farmácias em pequenas porções.
- A altura das pirâmides egípcias, em relação à sua base, obedece a um critério estritamente geométrico: É exactamente o raio de um círculo cuja circunferência fosse igual ao perímetro da base; tal lei determina uma inclinação uniforme para todas as pirâmides.

- As primeiras conservas de alimentos enlatados apareceram nos fins do século XVIII. Foi Nicholas Apert o seu iniciador, tendo produzido conservas de carne, peixes, legumes e frutas para o exército de Napoleão. Morreu antes das descobertas de Pasteur que dariam base científica aos processos que tinha inventado para a conservação dos alimentos, pelo calor. O sistema de Appert, tecnicamente aperfeiçoado, é ainda hoje o mais empregado na indústria das conservas enlatadas.
- Proporcionalmente ao peso do animal, as asas dos pássaros são vinte vezes mais fortes do que os braços dos homens.
- No ano 300 antes de Cristo é que as tesouras foram introduzidas em Roma. Plínio conta que, no ano 65, se arrancava a lâ dos carneiros em vez de a cortar.
- O principal adorno das mulheres da Nova Guiné é um colar de formigas pretas. As raparigas indígenas apanham as formigas, tiram-lhes a cabeça, comem a parte posterior do insecto e enfiam o tórax numa linha, chegando algumas a possuir colares com mais de três metros de comprimento, confeccionados com o corpo de 2000 formigas.

## SABEDORIA POPULAR

- O tolo sempre há-de ter outro maior que o admira.
- Voz corrente, muito mente.
- O homem livre é só aquele que obedece à razão.
- À boa fome, não há mau pão.
- Quem teima em dizer verdades perde amizades.
- Mais valem duas pernas, que três andas.
- Antes perder um bom dito, que um amigo.
- Peixe velho é entendedor de anzóis.
- Morte desejada, é vida prolongada.
- Ter garras não é o mesmo que ser leão.
- Onde entra beber, sai saber.
- Em toda a parte há pedaço de mau caminho.
- Bom companheiro, o dinheiro.
- Quem língua tem, a Roma vai, e de Roma vem.
- Mocidade ociosa não faz velhice contente.









LOGO A PARTIDA A TAP RECEBE-O COMO NA SUA TERRA!  
DE ONDE QUER QUE ESTEJA NOS TRAZEMO-LO PARA:

**PORTUGAL CONTINENTAL**

**AÇORES**

**E MADEIRA**

**TAP**

**TRANSPORTES  
AÉREOS PORTUGUESES**